

Cláudia Susana Nunes Mendes

**A construção vernacular em alvenaria de Pedra no
Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos**

Orientador: Prof. Doutor Arquiteto Alberto Flávio Monteiro Lopes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
ECATI - Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

Lisboa

2017

Cláudia Susana Nunes Mendes

**A construção vernacular em alvenaria de Pedra no
Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 11/12/2019, perante o júri,
nomeado pelo Despacho de Nomeação nº
304/2019, com a seguinte composição:
Presidente: Professor(a) Doutor(a) Maria Rita Pais
Ramos de Abreu de Almeida [ULHT].
Arguente: Professor(a) Doutor(a) Vasco Maria
Tavela de Sousa Santos Pinheiro [ULHT].
Orientador(a): Professor(a) Doutor(a) Alberto
Flávio Monteiro Lopes [ULHT].

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
ECATI - Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Lisboa

2017

Dedicatória

Aos meus Pais.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor António José de Santa-Rita, orientador desta dissertação, pela sua grande disponibilidade, paciência e partilha de conhecimentos.

Ao Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes, que pelo falecimento do Professor Santa-Rita se prontificou em orientar da melhor forma a terminar o trabalho já iniciado.

À minha família por todo apoio e partilha, em especial á minha tia Belmira Dias Costa e ao meu tio João Luís Nunes na partilha das suas memórias e sempre pacientes comigo. Ao Sr. Armando Leonardo homem da terra que embora não me conhecesse se passou me alguns dos seus conhecimentos da sua experiencia de vida como “arquiteto” e “engenheiro” de vida em que a formação era passada de pais para filhos e uma casa era um caso único, mas que duravam uma vida inteira senão mais.

A todos os meus colegas e amigos, em especial ao Rui Conceição Fernandes pelo apoio e incentivo ao longo de todo o processo de elaboração do presente trabalho.

Resumo

Este trabalho de investigação pretende abordar um problema atual sobre a arquitetura vernacular e da sua conservação, a qual não é vista da forma correta, acabando por ser deixada ao abandono, sem se ter em consideração todo o empenho por parte do Conselho da Europa de forma a dar uma nova vida novas funções e deixar esta arquitetura para as próximas gerações.

A investigação do trabalho centra-se na região do Carapinhal, Figueiró dos Vinhos, lugar onde se sente o despovoamento e o abandono por parte não só da população que vai desaparecendo como também da falta de incentivos para os mais jovens e os poucos habitantes da região de modo a desenvolver soluções para uma vida nos aglomerados rurais de forma a aumentar a demografia dessa região.

O objetivo desta investigação, é uma casa de pedra típica da região que já se encontra desabitada há alguns anos, e pretende-se dar resposta mantendo o que resta, dar-lhe uma nova vida, uma nova função que responda às necessidades de uma família dos dias de hoje sem que se perca o que resta do objeto original.

Sendo um problema da região, muitas vezes destruir para fazer novo, foi preocupação deste trabalho procurar respostas de forma a defender e proteger um objeto arquitetónico em vias de desaparecimento, característico da arquitetura vernacular.

Palavras-chave: Arquitetura Vernácula, Património, Reabilitação

Abstract

This research work intends to address a current problem on the vernacular architecture and its conservation, which is not seen in the right way, eventually being left to abandon, without taking into account all the commitment on the part of the Council of Europe to Way to give new life functions and leave this architecture for the next generations.

The research of the work focuses on the Carapinhal region, Figueiró dos Vinhos, a place where the depopulation is felt and the abandonment by not only the population that is disappearing as well as the lack of incentives for the youngest and the few inhabitants of Region in order to develop solutions for a life in rural clusters in order to increase the demographics of this region.

The aim of this research is a typical stone house of the region that has been uninhabited for some years, and it is intended to respond to the remaining, to give it a new life, a new function that responds to the needs of a family of today without miss what's left of the original object.

Being a problem of the region, often destroy to make new, it was the concern of this work to seek answers in order to defend and protect an architectural object in the way of disappearance, characteristic of vernacular architecture.

Keywords: vernacular architecture, heritage, rehabilitation

Abreviaturas, Siglas e Símbolos

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

SNA - Sindicato Nacional de Arquitetura

CEPA - Carta Europeia do Património Arquitetónico

ADLRA - Arquivo Distrital de Leiria

PDM - Plano Diretor Municipal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1 – Contexto histórico	10
Capítulo 2 – Normas Internacionais e condicionantes locais de proteção	17
2.1 Normas Internacionais	17
2.1.1 Carta de Atenas – 1933	17
2.1.2 Carta de Veneza – 1964	18
2.1.3 Carta Europeia do Património Arquitetónico – 1975.....	19
2.1.4 Carta de Cracóvia 2000	20
2.1.5 Apelo de Granada – 2 novembro de 1977.....	22
2.2. Condicionantes locais - PDM	25
Capítulo 3 - Construção existente	31
3.1 Morfologia.....	33
3.2 Patologias.....	34
3.3 Atualidade.....	35
Capítulo 4 - Compatibilidade do antigo com o moderno.....	37
4.1 A Cal hidráulica.....	37
Capítulo 5 - Casos de estudo.....	39
5.1. Fábrica da Manteiga, Calheta, Madeira – 2010.....	39
5.2. Casa JÁ.....	41
5.3. Cabrela House / Orgânica Arquitetura	43
5.4. Casa do Vigário / AND-RÉ	45
Capitulo 6 – Conclusão.....	48
Capitulo 7 – Apresentação para defesa	49
Bibliografia.....	73
Obras Citadas.....	74

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento Regional (Gaspar, 2005)	7
Figura 2 - Divisões Geográficas de Portugal Continental (Gaspar, 2005)	10
Figura 3 - Mapa da Herdade do Pedrógão e do Reguengo de Monsalude (Portela, 2013, p. 49)	11
Figura 4 - Excerto da 4ª da página do livro de igreja de Batizados de 1645 (Acedido através da ADLRA, https://digitarq.adlra.arquivos.pt)	12
Figura 5 - Cadeia da Torre da comarca	Figura 6 - Torre da comarca - 2015 ... 14
Figura 7 – SIPAlmage - Convento de Nossa Senhora do Carmo. Aspecto geral Antonio Madeira Portugal 1992.....	14
Figura 8 - Arredores de Figueiró dos Vinhos – Os Palheiros (SNA9.	15
Figura 9 - Palheiro - Fonte do Velho – Figueiró dos Vinhos – Gentilmente cedida por Margarida Herdade Lucas	15
Figura 10 - Mapa de acesso ao Carapinhal, Figueiró dos Vinhos – Lisboa.	16
Figura 11 - Localização - Carapinhal, Figueiró dos Vinhos	31
Figura 12 - Alçado Nor Noroeste	32
Figura 13 - Alçado Este	35
Figura 14 - Interior	36
Figura 15 – Fachada Principal	39
Figura 16 - Intervenção.....	40
Figura 17 - Fachada Principal	41
Figura 18 - Entrada Principal	41
Figura 19 - Piso Térreo	42
Figura 20 - Vista Principal.....	43
Figura 21 - Alçado Sul	43
Figura 22 - Entrada Principal	44
Figura 23 – Vista para a Sala de Jantar.....	45
Figura 24 - Jardim Interior.....	46
Figura 25 - Intervenção.....	47

INTRODUÇÃO

“A autenticidade da arquitetura vernácula não se refere unicamente à originalidade e genuinidade e à forma criativa de gerar formas e volumes definindo espaços únicos, mas é também de sublinhar a importância desta Arquitetura se afirmar pelo que é sem procurar ser outra coisa.” (Cabrita, R. S. e. R. (2013). *Arquitetura Vernácula.*, p.1)

Esta investigação tem como tema de estudo a arquitetura vernácula e como objeto de investigação uma na aldeia do Carapinhal, no concelho de Figueiró dos Vinhos. A aldeia do Carapinhal está localizada na Beira Litoral, distrito de Leiria, em plena região dominante do calcário e das imensas florestas de pinheiros que rodeiam toda a região. Os seus usos e costumes estão bem expressos na sua arquitetura com uma morfologia específica que será mais desenvolvida adiante, como resultado da utilização dos materiais de construção abundantes na região.

As construções tradicionais correm o perigo de se degradarem e não se recuperarem como elementos de uma História que se não quer perder e daí o interesse em torná-la objeto de investigação e de estudo, tentando contribuir para as recuperações semelhantes.

Expressamos pois a vontade em explorar e responder a uma série de questões relativas ao território e património rural da Beira Litoral em Portugal, tendo em conta os costumes e tradições já há muito esquecidas e abandonadas.

O concelho de Figueiró dos Vinhos situa-se na Região Centro de Portugal (NUTSII), território chamado de “mosaico-charneira entre o Norte e o Sul do país” (GASPAR, 1993). A Região Centro divide-se em dez “sub-regiões” (NUTSIII), sendo Figueiró dos Vinhos sede de concelho da “sub-região” Pinhal Interior Norte (fig.1) (Gaspar, 2005).

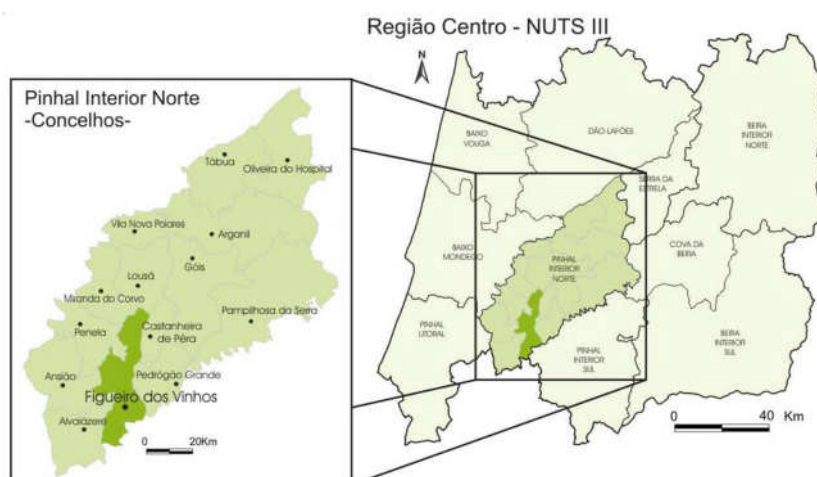


Figura 1 - Enquadramento Regional (Gaspar, 2005)

Para prosseguir o estudo, vamos procurar fazer uma análise da arquitetura local, que servirá de base para a nossa proposta final. Além da recuperação de uma das casas mais representativas, que se encontra neste momento em degradação, mas com possibilidade real

de se poder reabilitar, contamos que o exemplo possa ser seguido por outros proprietários que intervêm na sociabilização da aldeia e que, neste momento, não terão outras referências para qualquer tipo de reabilitação dentro dos seus usos e costumes tradicionais aos quais estão presos por nascimento. Analisaremos os métodos construtivos regionais e locais, estudando a morfologia construtiva que ainda tem artífices preparados para o seu prosseguimento.

É nosso objetivo propor uma solução de reabilitação que consiga seguir parâmetros de reabilitação dentro dos princípios internacionalmente aceites de preservação da arquitetura regional vernácula, verificando a possibilidade de integrar materiais modernos, mas compatíveis com os originais.

É ainda nosso objetivo demonstrar que o uso de uma habitação regional numa aldeia de aptidão agrícola pode ser alcançado também à custa de uma ampliação, visto que os agregados familiares evoluíram em conforto e bem-estar e necessitam de uma sociabilização familiar com requisitos diferentes, pelo que a ampliação do existente é bem-vinda. Essa integração será também um dos nossos objetivos.

A metodologia seguida englobou levantamentos locais quanto a tipologias, métodos construtivos, habitação tipo, análise de usos e costumes, atualização de modo de vida, solicitações de espaços interiores e de desafogo, havendo a intenção de continuarmos a usufruir da agricultura de subsistência, costume ancestral profundamente arraigado na escassa população local. Assim, foi consultada a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, cujo PDM - Plano Diretor Municipal para o local, prevê a manutenção do imóvel, estando pois estabilizada a zona quanto à malha urbana. Foi consultada ainda a Freguesia, tanto civil como religiosa, para, através dos relatos dos seus representantes, obtermos em condições e através da oralidade e dos registos, a História da povoação e outras que nos orientaram na nossa investigação.

Foram consultados ainda os registos da Torre do Tombo sobre as origens da aldeia de Carapinhal, cuja descrição e História iremos referir. Foram ainda ouvidos os artífices, pedreiros e carpinteiros locais que nos transmitiram algumas técnicas construtivas e o seu peso regional em recuperações.

Foram também consultadas obras bibliográficas que se referem a trabalhos de recuperação e ainda, a indústria de cimentos (cal hidráulica), para a preparação dos aglomerantes necessários e compatíveis com as alvenarias existentes.

Foi também consultado e ouvido o povo através de inquéritos informais tentando enquadrar a nossa proposta nas suas aspirações e cujos comentários ajudaram a cimentar o nosso pensamento.

Como Casos de Estudo, citamos três exemplos que consideramos de interesse pelas semelhanças, processos e soluções que foram tomados e cuja análise faremos no lugar próprio, nomeadamente o caso da Fábrica da Manteiga localizada numa zona residencial de moradias unifamiliares no lugar da Calheta, Ilha da Madeira, com uma imagem característica das restantes casas que a circundam e entendida como uma arquitetura típica, com elementos construtivos simples, mas regionais e vernaculares. Outro caso é o da Casa JA House / Filipe Pina + Maria Inês Costa sita na cidade da Guarda, concebida para combinar o rural e o estilo de vida urbano. O lote é cercado por diferentes tipos de construções, consequência dos assentamentos informais. As ruínas de pedra existentes, vestígio de uma casa tradicional e configuração do lote, foram os principais aspetos para o novo projeto. Os requisitos do programa para uma casa de família levaram a uma ocupação quase total do lote.

Abordaremos ainda outro Caso de Estudo, o de uma casa construída na aldeia do Carapinhal, criticada pela população que decididamente, não gostou da dissonância arquitetónica, condenando este tipo de intervenção.

O presente trabalho está desenvolvido em 4 capítulos. No primeiro, é desenvolvida a historiografia da aldeia, as suas origens, população, usos e tradições além de outros elementos que caracterizam o local e a região. É referida a utilização da pedra da região e local, como material de construção por excelência, além da madeira de pinho que complementa esse secular material.

No capítulo 2 é descrita a morfologia construtiva das habitações locais e regionais, referindo-se as patologias de que o nosso objeto de estudo enferma. Será incluído um mapa, para melhor perceção das dificuldades encontradas nos trabalhos que se nos deparam.

O capítulo 3 evidenciaremos as condicionantes urbanas e urbanísticas, como as previsões do PDM e as condições jurídicas das edificações locais. Faz-se ainda uma descrição analítica da construção existente.

O capítulo 4 contém a análise crítica e morfológica, comparativa dos Casos de Estudo apresentados como suporte da investigação, dando-se como exemplo 3 casos paradigmáticos que serão dissecados e descritos.

O capítulo 5 contém a proposta de Reabilitação com o respetivo programa justificativo e elementos desenhados, descrevendo-se pormenorizadamente os elementos construtivos, os acabamentos propostos e os objetivos sustentáveis da construção. Refere-se ainda o programa para a construção proposta.

As conclusões finalizam esta investigação e julgamos ter atingido os nossos objetivos, seguidas da Bibliografia utilizada.

As referências seguem as normas da APA, conforme normas em vigor na ULHT.

Capítulo 1 – Contexto histórico

Ao longo dos séculos, o homem foi usando os materiais mais próximos e acessíveis para construir habitações, abrigos, casas para as alfaías e animais, e outras construções de apoio ao seu dia-a-dia, de acordo com as suas posses e necessidades.

Por todo o Portugal podemos verificar que consoante a localidade e a abundância de matérias-primas, o homem utilizou aquelas que melhor responderam às necessidades, nomeadamente a pedra (granito, xisto, calcário, etc.), a madeira e o colmo, entre outros.

Podemos encontrar no distrito de Leiria, em plena região do calcário (fig. 2) diversos marcos arquitetónicos da História, como o seu castelo com as suas muralhas, que remontam a meados de 1100, quando D. Afonso Henriques mandou construir o castelo, e também a Sé Catedral de Leiria, do séc. XVI e outros exemplos da arquitetura religiosa e profana. Outra localidade, Pombal, fundada por Dom Gualdim Pais, Grão-Mestre da Ordem dos Templários, que mandou construir o seu Castelo em meados de 1100, em Tomar o Convento de Cristo igualmente fundado por Dom Gualdim Pais, construções feitas em pedra da região e estando todas elas recuperadas, mantidas, e conservadas dado o seu valor histórico. Para além dessas grandes construções e marcos históricos da arquitetura, temos também construções modestas, familiares e/ou de trabalho, que cresceram nas imediações destes núcleos importantes tendo chegado até aos nossos dias.

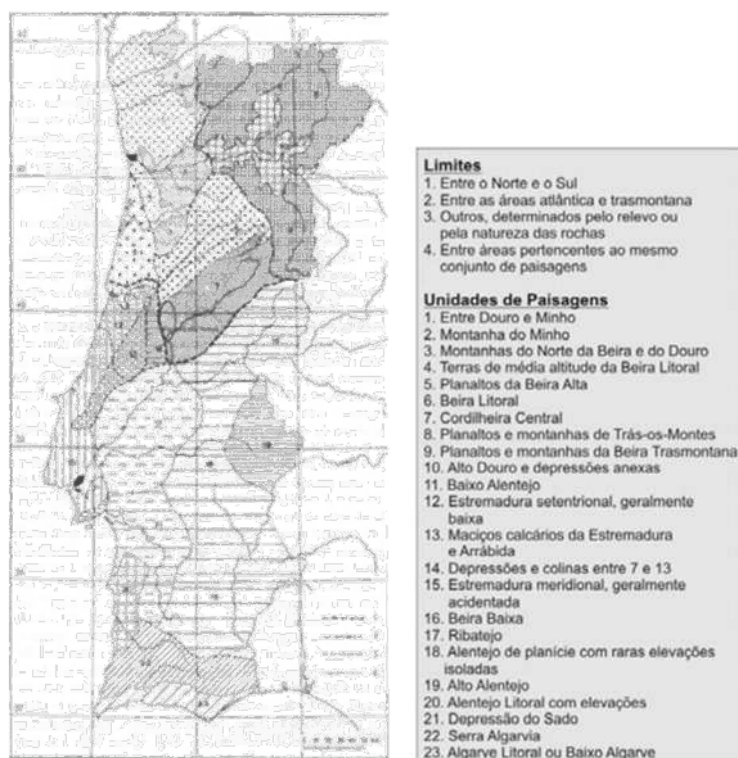


Figura 2 - Divisões Geográficas de Portugal Continental (Gaspar, 2005)

Existem documentos que nos comprovam a existência de Figueiró [do Vinhos] desde o início da conquista de Portugal por D. Afonso Henriques.

Um dos primeiros documentos referente à região é um a disposição régia, datada de 1135, em que Dom Afonso Henriques, “*portugalensium princeps*”, faz doação de uma herdade de nome “Petrogonum”, ou seja, Pedrógão [Grande], no “territorio Colinbriensi”. Esta doação foi feita a “Uzbert”, a Monio Martins e a Fernando Martins, como recompensa pelos serviços prestados, a prestar e para que a povoassem. (Portela, 2013, p. 48)

No diploma, os limites da herdade são bem definidos: iniciando pelo monte chamado Sinal de Salomão [Imediações de Pedrógão Pequeno] seguindo daí pela cumeeira de Alvares [Concelho de Góis] continuando daí pelas cumeeiras de Soneis e daí pelos cumes de Amioso [Concelho de Góis], seguindo pelas cimalhas dos Escalos [Concelho de Pedrógão Grande], e daí por cimalha de Sarzedas [Concelho de Castanheira de Pera], e pela cumeeira de Nadavis [Ana de Avis, concelho de Figueiró dos Vinhos], acabando daí ao mosteiro de Alge assim pelo sítio onde o Alge entronca no Zêzere e daí voltando até onde se começou (Fig. 3). (Portela, 2013, p. 49)

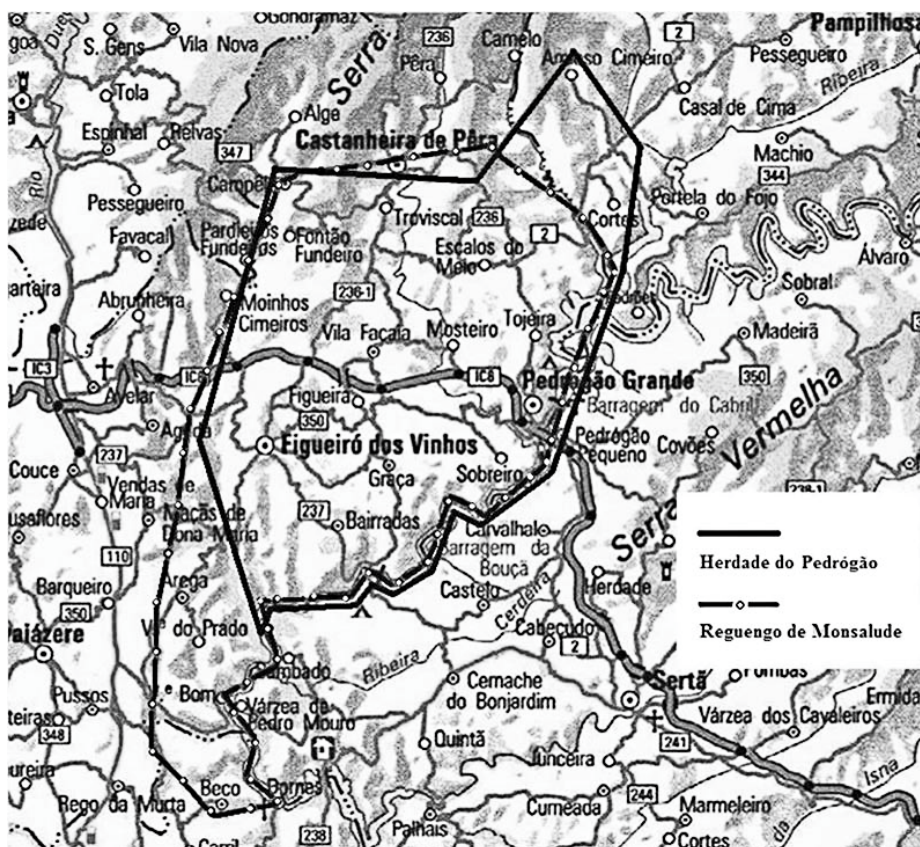


Figura 3 - Mapa da Herdade do Pedrógão e do Reguengo de Monsalude (Portela, 2013, p. 49)

Como diz Miguel Portela, permanece pouco claro o facto da herdade de Pedrogão ter sido doada, em 1135, a “Uzbert et Monioni Martiniz et Fernando Martiniz” e aparecer mais tarde em 1200, como propriedade do rei, com a designação de Reguengo de Monsalude.

Os limites da herdade são definidos: a começar pelo Porto de Cais [Dornes, Ferreira do Zêzere] segue daí como vai partindo com Tomar [limite da doação constante no castelo de Ceras] e daí, águas vertentes para águas transversas de cima, seguindo daí por águas vertentes até o Zêzere e daí à foz de Dona de Avis [Foz do Alge] e daí à de Ferragudo [Serra de S. Neutel] continuando daí por cima da água de Nodel e daí como vai verter na água de Mega para o Zêzere [Concelho de Góis] (Fig.3). (Portela, 2013, p. 52)

Mais tarde, em maio de 1204, D. Pedro Afonso outorgou carta foral à população de Figueiró [do Vinhos]. Na mesma estão definidos os limites da região e o foro a pagar ao seu senhor por parte dos seus habitantes.

Os limites da região de Figueiró [do Vinhos] começavam, inicialmente, em Mações [Maças de Dona Maria, concelho de Alvaiázere], continuando para a Cabeças de Ferro Agudo [Serra de S. Neutel], seguindo daí às cimalthas de Nadavis [Ana de Avis, concelho de Figueiró dos Vinhos], e daí assim como vai por essa cumeeira entre Bauça e Baucela [Bouçã], continuando desse modo vai por essa cumeeira e entra no Ozezar [Rio Zêzere], seguindo por esse modo vai onde o Ozezar [Rio Zêzere] entra no Alge [Foz do Alge] e por esse modo vai ao Alge de Mações. (Portela, 2013, p. 55)

A 16 de Abril de 1514, no foral outorgado por D. Manuel, continua-se a afirmar que os figueiroenses da: “dicta villa e terra” deviam pagar “o foro.

Esta herdade continua a ter os mesmos limites constantes no foral dado em 1204, por D. Pedro Afonso. Esta situava-se entre Figueiró e Pedrógão, iniciando-se na praça do mosteiro do Alge [Campelo], como vai ao Carril entrando no Almegue de Guterres, até à vila por baixo da Igreja. (Portela, 2013, p. 56)

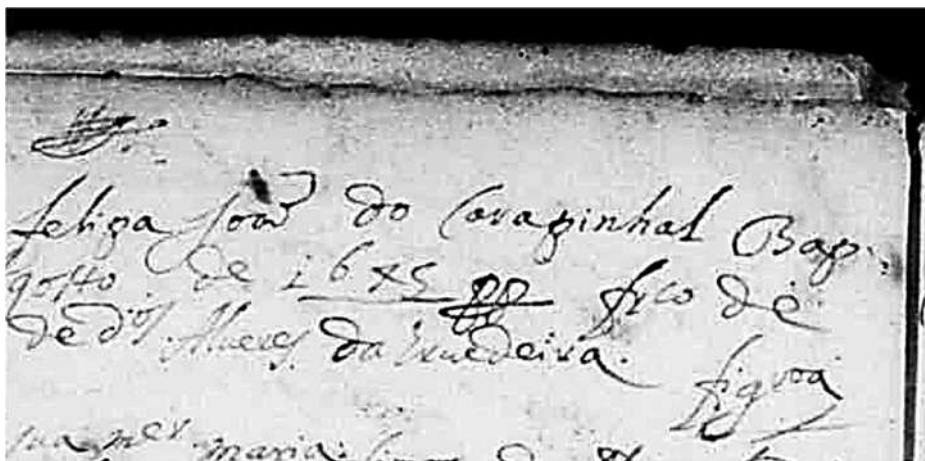


Figura 4 - Excerto da 4ª da pagina do livro de igreja de Batizados de 1645
(Acedido através da ADLRA, <https://digitalq.adlra.arquivos.pt>)

Encontra-se nos livros paroquiais de batizados de Figueiró dos Vinhos, de 1645 o batizado de várias crianças provenientes do Carapinhal, o que comprova a sua existência a partir do século XVII.

As construções de pedra calcária são um tipo de construção muito comum nesta região. Em certas zonas do distrito é conhecida por pedra milheira, por ter uma coloração amarelada até ao castanho. São construções simples normalmente de dois pisos, existindo zonas onde ainda, por vezes se encontram vestígios decorativos do período manuelino, com ou sem condições de habitabilidade, pois muitas foram sendo mantidas ao longo dos tempos, estando muitas outras ao abandono ou até mesmo adulteradas pelo “moderno”.

Entre 1955-1960 foi realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (SNA) um inquérito sobre a arquitetura vernacular portuguesa, a partir de uma ideia de Francisco Keil do Amaral, onde é feito um levantamento sistemático da construção popular e realizado de norte a sul do país. Dividido por regiões geográficas e que coube a diferentes equipas de arquitetos o estudo de uma área delimitada num total de seis zonas (Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve).

O levantamento da Beira Litoral, no qual se encontra o distrito de Leiria, foi incluído no capítulo da Zona 4 – Estremadura, elaborado pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas e Francisco Silva Dias.

Nesse levantamento podemos verificar que todas estas construções são elaboradas com “técnicas tradicionais adotadas para as utilizar com engenho e economia; materiais e técnicas que constituem, porventura, os aspetos mais salientes, ou melhor, mais facilmente perceptíveis, da arquitetura regional da zona em estudo.” (SNA, 1961, p61)

Outra das características desta região é a utilização da cal para acabamento de paredes, muitas vezes associado a um luxo, que só pessoas com mais posses podiam ter. Mas a pedra também tem outros usos. Em escadas exteriores como é típico na região, em escadas interiores de solares e de casas abastadas, na pavimentação de ruas, pátios e nos vários compartimentos das habitações humildes, sem esquecer os tradicionais muros que demarcam as propriedades. A chamada pedra milheira, abundante na região e com um emprego tão difundido e de grande tradição, é o material de construção por excelência. São predominantes as coberturas de telha de canudo, muito embora o uso de telha tipo «Marselha» seja o mais comum de encontrar. O conforto leva as pessoas a optarem por uma solução mais resistente, mais confortável e mais moderna.

Todo esse trabalho organizado pelo SNA teve grande importância, tendo conseguido um registo de muitas partes do país que nunca se tinha feito até então, registando-se exemplos vernaculares que de outra forma nunca teriam sido conhecidos.

Estudando um pouco mais o cariz rural deste distrito, visitámos Figueiró dos Vinhos, uma vila com vestígios históricos como é o caso da Torre da cadeia comarca de tipologia de Arquitetura Civil, símbolo do poder local classificado como imóvel de interesse público, de meados de 1500, encostada à torre, foi construída a cadeia da comarca (fig. 5), demolida na década de oitenta do século XX por estar em ruínas, de planimetria quadrangular, a torre é adornada no cimo por um conjunto de merlões assentes num murete (fig.6). A porta principal é em arco, e em todas as faces do edifício foram rasgadas frestas no último piso, embora sejam visíveis vestígios da estrutura das janelas, onde se destaca a existência de património quinhentista. (Cultural, 2016)



Figura 5 - Cadeia da Torre da comarca



Figura 6 - Torre da comarca - 2015

No início do séc. XVII é construído o Convento de Nossa Senhora do Carmo (fig. 7) que serviu para albergar uma comunidade de Carmelitas Descalços. Este foi construído segundo o estilo maneirista aplicado ao estilo religioso da Ordem, com os mesmos materiais em que é construída um século antes a Igreja Matriz de Figueiró dos Vinhos, de cantarias de granito e alvenaria. (Gaspar, 2005, p. 219)



Figura 7 – SIPAImage - Convento de Nossa Senhora do Carmo. Aspecto geral Antonio Madeira Portugal 1992

Nas imediações de Figueiró dos Vinhos encontramos pequenas aldeias e lugares com características muito próprias, onde as pessoas construíam as suas casas com materiais locais. Na aldeia do Carapinhal, com ou sem influência, as casas são de organização semelhante às que se encontram na vila de Figueiró dos Vinhos, construções normalmente com piso térreo onde se guardavam os animais ou, em famílias mais abastadas, poderiam ter também o lagar e a adega. A salientar, que muitas destas casas, devido a uma série de circunstâncias, nomeadamente ao lento desenvolvimento de abastecimento de água potável e infraestruturas de esgotos, apresentam-se com poucas condições de salubridade e sanitária, fato que provavelmente chocou muitos que trabalharam no desenvolvimento do inquérito.



Figura 8 - Arredores de Figueiró dos Vinhos – Os Palheiros (SNA9).



Figura 9 - Palheiro - Fonte do Velho – Figueiró dos Vinhos – Gentilmente cedida por Margarida Herdade Lucas

Outro tipo de construção a referir, típica da região, são os palheiros (fig.8 e fig.9.) construções de madeira, pequenos abrigos onde se guardavam as alfaías agrícolas. Estas foram desaparecendo ao longo do tempo não só pelo abandono como pelos incêndios que se fizeram notar pela região ao longo do verão de 2017 e pela evolução dos materiais e dos usos e dos costumes.

Ao longo das últimas décadas constata-se um abandono crescente pela construção tradicional, e são poucas as vilas e aldeias que se preocupam em preservar o contexto histórico e deixar para as próximas gerações os registos de arquitetura típica portuguesa. A procura por melhores condições de vida leva as pessoas a migrarem e/ou emigrarem. Começam a aparecer construções descontextualizadas na procura de trazer o “progresso”, o moderno, “o bonito” para o rural misturando conceitos. Os países de acolhimento estão muitas vezes refletidos na arquitetura que os que emigram trazem, imbuídos de outras culturas, outro tipo de vida e outras formas de pensar. Perdeu-se o gosto por preservar os costumes e tradições locais, mantendo a mesma linguagem arquitetónica, respeitando os materiais e as tradições construtivas.

As boas acessibilidades externas que servem o Carapinhal, Figueiró dos Vinhos (IC8 e IC3), permitem a ligação relativamente rápida à A1 (autoestrada do Norte) e à A23 e a A13, bem como aos principais centros urbanos do país (Lisboa e Porto ficam a cerca de 2 horas de viagem) e da região (Leiria e Castelo Branco a 1 hora, Coimbra e Tomar a 40 minutos e Pombal a 30 minutos). Estes são elementos positivos da sua localização, que permitem afirmar o potencial de ligação a um vasto território, - proporcionando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento económico.

Figura 10 - Mapa de acesso ao Carapinhal, Figueiró dos Vinhos – Lisboa.



O envelhecimento populacional é geral e acentuado, não só em Figueiró dos Vinhos, mas em todo o espaço regional. No entanto, o concelho apresenta uma população mais envelhecida do que a do Pinhal Interior Norte e a da Região Centro, com um significativo número de idosos (população com mais de 65 anos), que se repercute num elevado índice de envelhecimento e enfraquecimento demográfico.

A aldeia do Carapinhal não é excepção em relação a este fenómeno.

Capítulo 2 – Normas Internacionais e condicionantes locais de proteção

2.1 Normas Internacionais

A conservação do património assume-se, atualmente, como uma necessidade urgente de salvaguardar o que se construiu. Na Europa precisamos mais de nos dedicarmos à recuperação do que à construção nova, pelo que todos nós nos teremos de preparar para esta atividade da Arquitetura e da Construção Civil.

No século XIX o restauro assume-se como uma disciplina com praticantes especializados. Ludovic Vitet (1802-1873), escritor, político, Inspetor-geral dos Monumentos Históricos, constituiu uma ponte entre historiadores e práticos e enfrentou a ignorância dos arquitetos europeus, exceto os ingleses, que desconheciam as construções medievais.

John Ruskin e William Morris (1819-1900) sugeriram um anti intervencionismo radical sobre o monumento pois tinham um reconhecimento pelo passado, entre as casas ricas e as pobres, valorizando o trabalho manual.

Para Viollet le Duc, restaurar ou reabilitar é deixar fluir a autenticidade, o conceito moderno da restauração. O restauro deve assentar na recuperação das formas perdidas, das quais pode não existir informação, ou poderão estar inacabadas ou degradadas. Expressava a nostalgia pelo futuro, e não pelo passado, em que se ia adulterando os edifícios e retirando-se elementos existentes que retratavam uma época.

Camilo Boito, (1831-1914), arquiteto, engenheiro, historiador, articulava o passado com o presente, combinando com a modernidade técnica e defendia a autenticidade, valorizando as várias intervenções. Estes conceitos acabaram por ser integrados na Lei Italiana em 1909 que defendia a valorização das várias épocas presentes nos edifícios.

2.1.1 Carta de Atenas – 1933

A carta de 1931 foi elaborada durante o I Congresso de Arquitetos e Técnicos em Monumentos tendo como temática a longevidade dos monumentos históricos suscetíveis a ameaça externa. Foi criada por profissionais do restauro com o intuito de estabelecer uma orientação. A carta de 1933 foi aprovada num congresso reunido para debater e impulsionar os novos rumos para a cidade moderna, redigida e assinada por grandes arquitetos e urbanistas internacionais do início do século XX, entre os quais se destaca Le Corbusier.

A carta de Atenas recomenda que toda a arquitetura seja ela de que natureza for deve ser protegida da demolição. Tem que se ter em consideração ao preservar um edifício este tem sempre marcas do seu tempo e da cultura que marca o local onde se insere.

Define também organizações internacionais responsáveis pelo restauro tanto a nível técnico operativo como consultivo. Esses projetos de restauro devem ser criticados de modo a prevenir erros que possam levar à perda de carácter, valor histórico e patrimonial das estruturas.

Ao preservar, não implica manter os mesmos modos de vida, mas sim dar uma nova vida sem descontextualizar. As técnicas e os materiais modernos podem ser usados em trabalhos de restauração.

Deve-se ter atenção com a proteção de áreas ao redor de zonas históricas.

2.1.2 Carta de Veneza – 1964

Segundo esta carta a noção de monumento engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunha uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Destacamos seguidamente os aspetos que julgamos de maior importância para o nosso estudo:

Art.2ª – A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Art.3ª – A conservação e restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

O Art.5ª recomenda que a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afetação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

O restauro referenciado no artigo 9º como uma operação que deve ter um carácter excecional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja, pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição. Qualquer trabalho complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitetónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção

(modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento.

O Art.13º refere que as ampliações não podem se admitidas a menos que respeitem todas as partes interessantes do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente.

2.1.3 Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975

Na Carta Europeia do Património Arquitectónico (CEPA) – Amsterdão, 1975 - o Conselho da Europa fez grandes esforços para sensibilizar a opinião dos responsáveis para os insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, no meio urbano e rural, herdados do passado.

No 3.º Art. refere a responsabilidade de “cada geração interpretar o passado de uma maneira diferente e dele retira ideias novas”. (CEPA, 1975) Toda a redução do património contribui para um empobrecimento maior quanto a perda dos valores acumulados não podendo ser compensada mesmo com cópias ou reproduções mesmo de grande qualidade. Por outro lado, a preocupação de poupança de recursos impõe-se. A comunidade deve ter em conta que a utilização do património como um recurso económico.

No 6º Art. alerta para a ignorância, pela degradação da antiguidade e sob todas as suas formas principalmente pelo abandono. “Um certo urbanismo torna-se destruidor quando as autoridades são exageradamente sensíveis às pressões económicas e às exigências da circulação.” (CEPA, 1975)

A especulação financeira e imobiliária tende a tirar partido com tecnologia mal aplicada, deteriorando as estruturas antigas, em vez de as fortalecer de forma a torná-las resistentes ao tempo e às intempéras.

A conservação integrada é o resultado da ação conjugada de técnicas de restauro e da procura das funções apropriadas. A evolução histórica conduziu a que os centros degradados das grandes cidades e ao mesmo tempo as aldeias abandonadas se tornassem reservas de alojamento barato. O seu restauro deve ser feito num espírito de justiça social e não deve ser acompanhado do êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por conseguinte, um dos pressupostos importantes da planificação urbana e regional. “Convém notar que esta conservação integrada não é exclusiva de toda a arquitetura contemporânea em conjuntos antigos, mas esta deverá ter em

maior consideração o quadro existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais.” (CEPA, 1975)

Respeitar o património deverá ser uma das preocupações fundamentais para uma boa preservação de forma a não se perder a leitura histórica e também para um registo fidedigno da história da arquitetura e do desenvolvimento das tradições construtivas de todo o nosso Portugal.

2.1.4 Carta de Cracóvia 2000

Na Carta de Cracóvia de 2000 salientam-se alguns pontos importantes relativos ao património:

1. O património arquitetónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialética entre os diferentes momentos históricos e os respetivos contextos socioculturais. A conservação deste património é o objetivo desta Carta. A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.

2. A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas.

3. A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O “projeto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projeto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4. Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo” A reconstrução de

partes muito limitadas, com um significado arquitetónico pode ser excecionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitetura atual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excecionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

8. As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características socioeconómicas, em processo de contínua evolução e mudança.

Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de atividades. Em meio urbano, a conservação tem por objeto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena cidade ou mesmo uma aldeia, integrando sempre os respetivos valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitetónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade.

O “projeto de restauro” das cidades ou aldeias históricas deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspetos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações.

O “projeto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

- a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;
- b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.

2.1.5 Apelo de Granada – 2 novembro de 1977

Neste apelo é realçada a ameaça e o desaparecimento da arquitetura rural, não só pelo desaparecimento da agricultura tradicional bem como a não necessidade das construções antigas são as causas principais da situação atual.

Considera-se que é necessário reconhecer no património arquitetónico rural, não apenas os valores estéticos, mas também o testemunho de uma sabedoria secular, fazendo parte deste património todas as construções isoladas ou agrupadas que: estejam ligadas às atividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; apresentem um interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco; e se integrem na paisagem de modo coerente.

Este património está presentemente ameaçado. O seu desaparecimento constituiria uma perda irreparável.

O desenvolvimento industrial da agricultura, provoca profundas alterações estruturais dos elementos marcantes da paisagem (cercas, taludes, pequenos bosques, valas, etc.) e a descaracterização do património construído pela introdução de elementos mal-enquadrados às construções antigas.

A esta evolução acresce o êxodo rural, que reforça os graves desequilíbrios demográficos e económicos aos níveis regional e nacional, normalmente acompanhados de: envelhecimento das populações agrícolas; obsolescência, seguida de desaparecimento do património construído; a apropriação das construções abandonadas pela população citadina que as descaracteriza com transformações estranhas ao seu carácter; proliferação de construções novas, usadas como segunda residência, concebidas na ignorância das tradições do local.

Estes fenómenos contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura dominante na nossa sociedade industrial, e pelo empobrecimento do património cultural. É neste contexto que alguns camponeses e outros indivíduos da terra alteram ou destroem as suas casas para as substituir por modelos urbanos descaracterizando o espaço em que as inserem.

Finalmente, uma promoção desproporcionada do turismo causa perturbações profundas na vida rural bem como uma degradação geral do ambiente local.

A que recordar o Ano Europeu da Natureza 1970 e o Ano Europeu do Património Arquitetónico 1975 onde mobilizaram a opinião pública europeia, refletindo um fenómeno alargado de rejeição de uma utilização errada dos espaços natural e construído; adotando a Carta Europeia dos Solos, do Conselho da Europa, os governos evitam o desenvolvimento abusivo mecanização incompatível com a preservação da fertilidade da terra; a conservação

do património arquitetónico inclui-se numa política de crescimento gradual, baseada na recuperação dos recursos existentes, naturais ou construídos.

Salienta-se assim que o espaço rural responde às necessidades de melhoria da qualidade de vida, cada vez mais necessária, quer para os que desejam aí residir em permanência, quer para aqueles que apenas o desejam fruir em tempo de lazer.

Recomenda-se uma política de conservação integrada do património arquitetónico que seja também aplicada às zonas rurais, de forma alargada, no âmbito do planeamento económico e do ordenamento do território; que se baseiem numa política de solos ativa; que sejam tomadas medidas, no âmbito do equipamento social, para reduzir e mesmo anular a inferioridade do campo face à cidade e de forma reforçar a capacidade de atração do meio rural; que no espaço rural o urbanismo seja tratado com um cuidado especial em todas as construções novas relevantes, nomeadamente industriais e de infraestruturas; e que se procurem atingir os seguintes objetivos: em economias rurais competitivas: adaptar os edifícios existentes à evolução das suas funções, preservando o carácter do local; e procurar uma integração mais perfeita dos novos edifícios que sejam indispensáveis; a adoção de meios técnicos para apoio e controlo arquitetónico e estético. Em economias rurais não competitivas: reanimar as atividades tradicionais concedendo apoios públicos à modernização de explorações agrícolas dificilmente rentáveis; fomentar novas atividades para criação e melhor distribuição territorial de empregos. Deverá, não só tentar evitar o êxodo dos jovens, mas também facilitar a sua fixação nas zonas onde se constatou o envelhecimento ou a redução sensível da população; melhorando a vida económica e rural através da: formação e instalação de artesãos, especialmente da construção, trabalhando em tempo parcial quando necessário e capazes de se ocupar dos edifícios antigos; criando atividades secundárias e terciárias, para melhor descentralizar a gestão pública e privada e utilizar as possibilidades do património construído; criar novas estradas e meios de transporte para evitar o isolamento; promover o turismo de forma controlada, nomeadamente através da adaptação de estruturas rurais para acolhimento dos turistas; estabelecer apoios para os equipamentos coletivos, reabilitação dos edifícios habitacionais existentes e conservação da paisagem.

Recomendam, ainda, aos governos que tenham em conta o facto de que a política de conservação, no âmbito do ordenamento do território, só é possível se existir um inventário dos bens a manter.

Estes inventários podem ser de diferentes tipos: por uma lista dos sítios naturais e construídos que apresentem um interesse genérico; ou um inventário mais pormenorizado tendo em conta três aspetos:

- Levantamento dos dados demográficos e socioeconómicos, ao nível municipal ou regional, abrangendo: população, estruturas económicas, caracterização das atividades;

- Levantamento dos sítios compreendendo, quer a descrição física, quer a análise da estrutura histórica da paisagem;
- Levantamento das edificações, com fichas individuais, com a descrição pormenorizada do objeto, uma apreciação da arquitetura, seus valores histórico e estético, estado de conservação, relação com o meio envolvente.

2.2. Condicionantes locais - PDM

No desenvolvimento do estudo, e na procura de soluções para o objeto de investigação, considerou-se mais relevante para este trabalho os seguintes artigos referidos no PDM de Figueiró dos Vinhos, atualizado em 2015, estabelecendo regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo no território municipal na sua área de intervenção delimitada pela Planta de Ordenamento.

Os objetivos estratégicos deste Planos, propõe o desenvolvimento municipal na valorização do território e dos recursos naturais a destacar o ordenamento do solo rural, planeamento, preservação e valorização do património cultural e natural.

Nos Instrumentos de Gestão Territorial, no âmbito Municipal encontra-se em vigor o Plano de Pormenor Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos, salvaguardado desde 1995 em Diário da República 1ª série – B, n.º 35, em 10 de fevereiro.

No presente Plano serão observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, ainda que não estejam assinaladas na Planta de Condicionantes, nomeadamente no Património Edificado, encontra-se identificado na Planta de Ordenamento – Património, assume para o Município como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, arquitetónico, artístico, científico, técnico ou natural, devem ser alvo de medidas de proteção e valorização:

Como Monumento Nacional identifica-se a Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922).

Como Imóvel de Interesse Público identifica-se o Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933), a Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982) e o Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996).

Como Imóvel de Interesse Municipal identifica-se o "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982).

No património classificado e respetivas zonas gerais e especiais de proteção, aplicam-se as condicionantes previstas na legislação em vigor, nomeadamente qualquer intervenção ou obra, carece de autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração do património cultural;

No que respeita à demolição de um edifício existente como operação urbanística autónoma, independente da definição e prévia viabilização de uma nova ocupação a dar ao local, só pode ser autorizada quando se verifica e é confirmada tecnicamente pelos serviços

municipais competentes: se a sua manutenção colocar em risco a segurança de pessoas e bens ou a salubridade dos locais, se uma obra arquitetónica, urbanística ou paisagística desqualificadora da imagem do conjunto urbano ou do local onde se insere, se verificar manifesta degradação do seu estado de conservação e se considere que a sua recuperação não é tecnicamente possível ou economicamente viável, se tratar de instalações industriais e ou de armazenagens, abandonadas ou obsoletas, sem prejuízo de poderem ser impostas a salvaguarda e manutenção e de eventuais valores de arqueologia industrial, e se tratar de edifícios a que o Município não reconheça interesse ou cuja manutenção considere inconveniente.

De acordo com o referido só é permitida a demolição de um edifício existente concomitantemente com ou após o licenciamento ou admissão de comunicação prévia nos termos da legislação aplicável na construção de um novo edifício para o local ou de qualquer outra forma de ocupação do mesmo espaço, este ponto não revoga quaisquer condicionamentos à demolição ou modificação de edificações abrangidas por medidas legais ou regulamentares de salvaguarda do património edificado, incluindo as estabelecidas no presente Plano.

No Regime de Edificabilidade é estritamente necessária ao seu adequado funcionamento, tendo em atenção as condições morfológicas, topográficas e ambientais que caracterizem a envolvente, sem prejuízo dos regimes legais em vigor e desde que obtenha parecer prévio favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Admitem-se obras de ampliação de edifícios pré-existentes devidamente licenciados à data da publicação do PDM, desde que não destruam os valores naturais em presença e as obras de ampliação que não envolvam um aumento de área de implantação superior a 10% da área inicial.

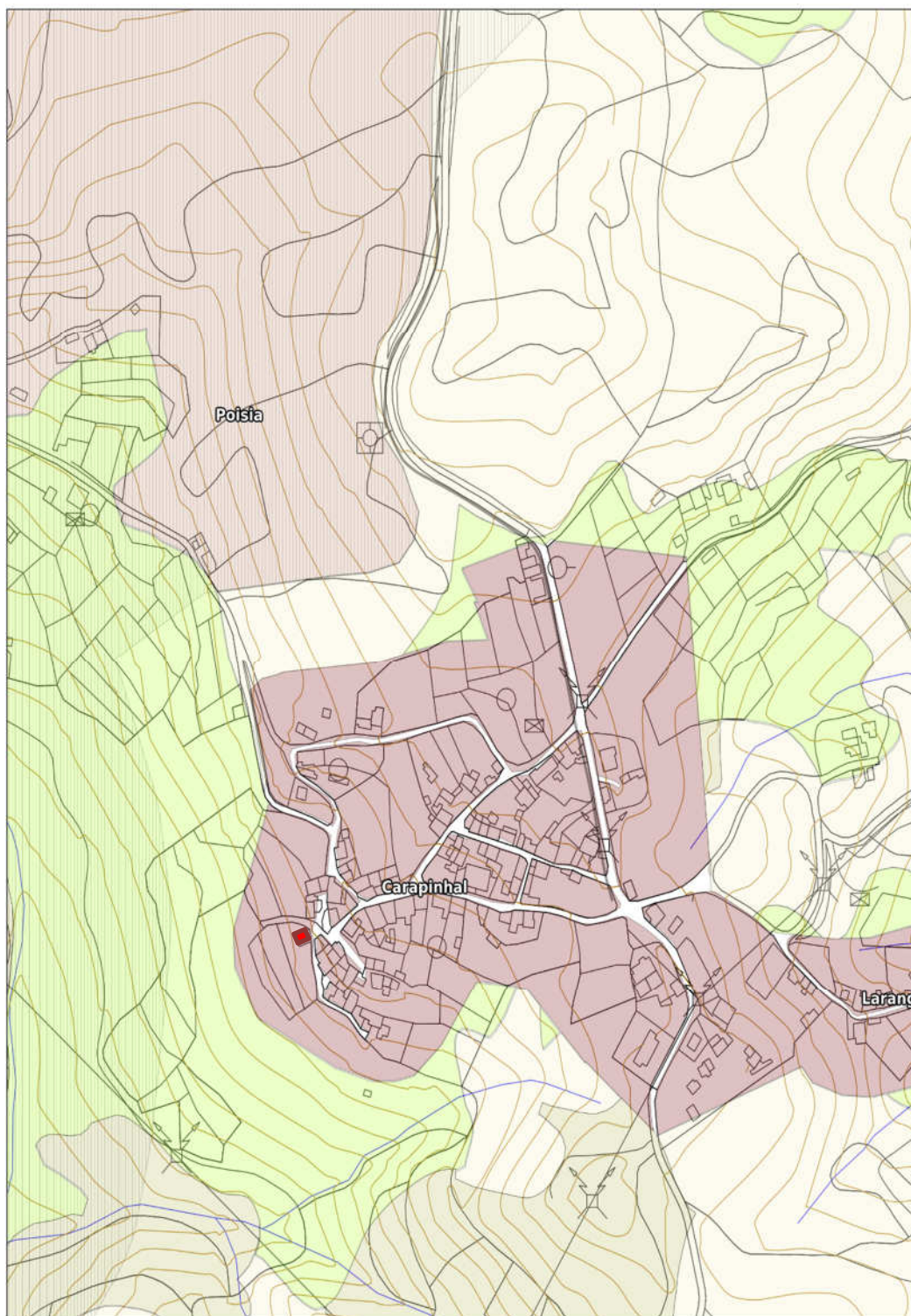
Os aglomerados rurais, identificados na Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, são espaços edificados, pequenos núcleos populacionais consolidados, com funções residenciais e de apoio a atividades em solo rural, tendo um regime de uso do solo que assegure a sua qualificação como rural.

No Regime de Edificabilidade as novas edificações e a intervenção nas construções preexistentes devem salvaguardar as características morfológicas do aglomerado, de modo a garantir uma intervenção urbanística harmoniosa o alinhamento consolidado existente e respeitando os panos cromáticos, usando as técnicas construtivas e materiais característicos do aglomerado. As ocupações e utilizações identificadas no artigo anterior regem-se pelos seguintes parâmetros urbanísticos máximos:

Ocupações e utilizações	Índice de utilização (%)	Índice de impermeabilização (%)	Altura da fachada (m)*	Número de pisos (acima da cota da soleira)	Número de pisos (abaixo da cota da soleira) a)
Habitação unifamiliar, incluindo anexos	95	90	7	2	1
Instalações adstritas à atividade agrícola e florestal	80	70	5	1	0
Instalações adstritas à atividade pecuária	70	60	5	1	1
Comércio tradicional e serviços	80	75	7	2	1
Equipamentos de utilização coletiva e de recreio e lazer	80	70	7	2	1
Empreendimentos turísticos	80	90	7	2	1
Unidades industriais	70	65	7	2	1
Armazenagem	80	90	5	1	0
Oficinas	95	80	5	1	0
Edificações ligadas à proteção civil	-	60	5	-	-

As obras de ampliação de edifícios pré-existentes devidamente licenciados à data de entrada em vigor do PDM, até perfazer um máximo da área total de construção de 300m², não podendo exceder-se a altura da fachada e o número de pisos máximos definidos quadro presente, salvo nas situações existentes em que os parâmetros já são ultrapassados.

Classificação e Qualificação do Solo – Carapinhal



A LOCALIZAÇÃO ASSINALADA É DA INTEIRA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE

ETRS89/Portugal TM06. Bases cartográficas: CMFV - Carta base do PDM, DGT - Ortofotos 2015, IGEOE - Carta Militar de Portugal 1:25000.
Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos | Praça do Município 3260-408 Figueiró dos Vinhos | Telf.: 236 559 550 | <http://www.figueirodosvinhos.pt>



Legenda

planta_localizacao_ponto_fv planta_ordenamento_fv
classificacao_qualificacao_solo_fv etrsREDE_VIARIA_fv

A13



IC3 e IC8



EN236-1



ER347



JURISDIÇÃO DA CMFV: EN236-1, EN237, EN350



ESTRADAS MUNICIPAIS CAMINHOS MUNICIPAIS



captacao_agua_fv



etrsPontos_IPCC_fv ordenamento_pol_solo_rural_fv



Espaços Agrícolas de Produção



Espaços Florestais de Produção



Espaços Florestais de Conservação



Espaços Naturais



Aglomerados Rurais



Áreas de Edificação Dispersa



ordenamento_pol_solo_rural_espacos_ocupacao_turistica_fv



Zona de Recreio Balnear -POACB



Zona de Recreio Balnear-Zona de Proteção-POACB

Áreas Turísticas-POACB



Área de empreendimento turístico-Quinta das Lameiras ordenamento_pol_uopg_fv



Plano de Urbanização da Vila de Figueiró dos Vinhos

Plano de Pormenor de Foz de Alge

Plano de Pormenor de Madre Deus



Plano de Pormenor dos Olivais ordenamento_pol_planos_em_vigor_fv



Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia



Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode

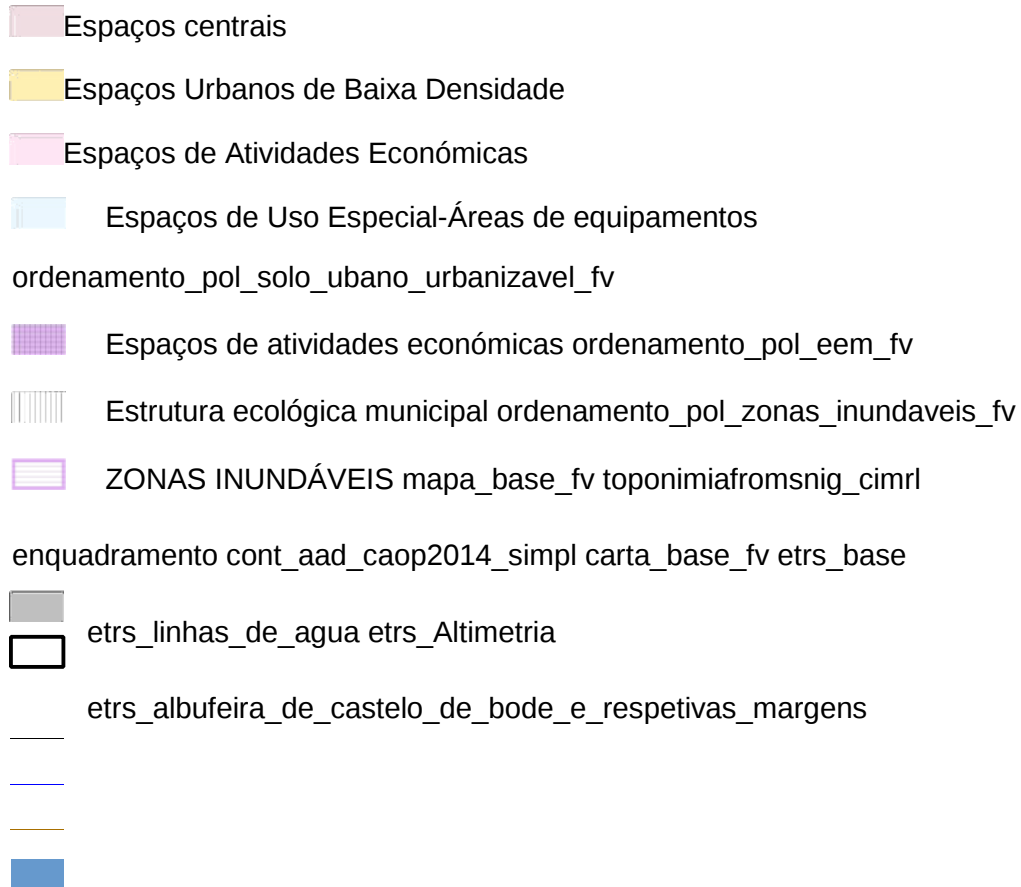


Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Figueiró dos Vinhos



Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró dos Vinhos

ordenamento_pol_solo_ubano_fv



Capítulo 3 - Construção existente

A Construção existente que será objeto da nossa investigação poderá datar dos começos do século XIX e está na família desde então. É uma representação genuína da Arquitetura Vernácula local e também é uma das razões que nos levam a fazer um estudo para a sua recuperação e proteção.



Figura 11 - Localização - Carapinhal, Figueiró dos Vinhos

Para se iniciar a construção de uma casa por norma escavavam-se regos na terra até se encontrar pedra e começar a subir as paredes exteriores com pedra e barro como aglutinante. As paredes da loja (Piso Térreo) teriam entre 80 e os 70cm de largura e as do 1º piso teriam entre os 60 e os 50 cm de largura classificados como fundações – alicerces contínuos. (Branco J. 1993, p. 49)

É um exemplar, de alvenaria de pedra da região aparelhada e constituída por dois pisos. O piso térreo era destinado ao abrigo dos animais, nomeadamente uma mula e das alfaías agrícolas, visto que o campo era um dos suportes de subsistência da aldeia e adegas. Além disso, servia ainda para o abrigo de outros animais, forragens para o gado e depósito de lenha, combustível indispensável para todo o país, praticamente até ao final da segunda Grande Guerra. O chamado pátio, era murado e permitia um desafogo com grande utilidade, não só para os animais de capoeira poderem andar à solta e recolherem ainda alguma alimentação, mas também para se montar o estendal da roupa, a recolha de utensílios diversos e constituía ainda uma defesa contra os predadores.

No 1º piso distribuíam-se os quartos de pequenas dimensões com forro de tábua e a cozinha maior com lareira. Para construir a lareira fazia-se uma estrutura de madeira com barrotes fixados á parede rematando com pedra de faces lisas de forma a fazer o pavimento, que ficava rebaixado de forma a fazer um degrau para as pessoas poderem sentar-se. A chaminé interior tinha influência no poder económico familiar. Uma família com poucas posses seria normal ter o que se chama de a telha vã sem forro, de forma que o fumo circulasse e saísse. Nas famílias mais abastadas fazia-se uma lareira do tamanho que se pudesse, onde as pessoas podiam ficar “dentro” para aproveitar melhor o calor da lareira e também para fazer os fumeiros, com uma altura ao chão de 1 metro e meio feita de pedra e saibro (barro) com o 1º piso para a habitação e o piso térreo para oficina e/ou lagar. Normalmente existiam 2 portas de acesso á habitação e outra com o vão mais largo para o acesso de carros e carroças á oficina ou à cocheira. (Lucas, 2014) O 1º andar é dominado por uma varanda corrida ao longo da fachada, com guardas típicas e simples de madeira, e no interior tinha 3 pequenos quartos, uma pequena sala e uma cozinha generosa comparada com as restantes divisões. Existia também um pequeno quarto na varanda que era para o criado que ajudava na lavoura e noutras atividades. A estrutura do pavimento do 1º andar como da cobertura são de barrotes de pinho de secção generosa, estando o piso revestido com solho de pinho à portuguesa.

O teto do 1º andar é feito com tábua de forro de 12 mm, pintada normalmente em tons de ocre, terra corada característica da região e base das tintas de então feitas com óleo de linhaça fervido, mistura que se preparava em casa bastando apenas comprar o ocre e o óleo cru.



Figura 12 - Alçado Nor Noroeste

Queremos também referir, que do lado oeste da casa existiu um telheiro que serviria para deixar a mula no exterior, assim como o respetivo carro e as alfaias. Nas paredes ainda

se nota os pontos de fixação da estrutura do alpendre, que seriam barrotes de madeira fixados na alvenaria e que o tempo fez desaparecer.

A telha é mourisca, assente sobre ripado de pinho adequado e apresenta um guarda pó de tábuas de pinho.

A lareira, centro de reunião da família é de alvenaria de pedra aparelhada e pela sua dimensão domina o compartimento.

Há exemplares na aldeia em que a cozinha era de fogo central e o poial constituído por grosso lajedo que estava centrado no compartimento e onde, à sua volta, toda a família se reunia para usufruir da companhia em comum e das refeições em conjunto. Constituíam como as restantes, a sala comum.

A compartimentação interior, de apenas com dois compartimentos, é feita de tabiques de madeira, com estrutura de costaneiros e revestimento de madeira de solho, ao alto.

3.1 Morfologia

A casa é de alvenaria de pedra milheira, como é chamada na região (calcário amarelo típico desta região centro) e de argamassa de cal área e barro, á vista, com aparelho rústico (esponteirado). Estrutura de madeira em sobrado e coberturas, de pinho da região (pinho bravo) e de madeira de eucalipto em alguns episódios.

A alvenaria de pedra apresenta, porém, alguns silhares sem qualquer trabalho de pedreiro ou de canteiro.

Notam-se intervenções posteriores à construção feitas com alvenaria de tijolo, inteiro e partido, e argamassa de cal hidráulica.

Os rebocos exteriores são feitos com cal área e barro amassado, tendo sido acabados com pintura de leite de cal área.

A fachada a sul apresenta uma varanda corrida, cobertura em toda a sua extensão de madeira (estrutura e pavimento) assente em poais de madeira de eucalipto. As guardas são também de madeira de pinho minimamente trabalhadas. As vergas e ressalvas de vãos são conseguidas com grossos barrotes de madeira de eucalipto sem a preocupação de serem completamente refiados e ainda, alguns elementos são simples paus de rio aos quais se retiraram a casca.

O pavimento térreo é constituído por um lajedo miúdo aglomerado com terra amassada e compactada.

Um dos esteios de suporte da estrutura do pavimento do 1º andar está assente num maciço de argamassa para lhe dar solidez e evitar o apodrecimento devido à humidade do solo.

O 1º andar apresenta a estrutura de madeira na cobertura com paus de rio de eucalipto, tendo a telha mourisca assente sobre ripado preparado de escama de pinho assente sobre o varedo. A cozinha, contudo, não tinha forro e o fumo saía diretamente para o exterior através da telha vã.

3.2 Patologias

A alvenaria de pedra apresenta fissuras em diversos locais muito devido à entrada de água das chuvas e à falta de conservação. Os madeiramentos ainda se apresentam parcialmente em bom estado e poderiam ser recuperados em cerca de 60%. A existência de xilófagos é diminuta.

O pavimento do 1º andar, de tábua de solho de pinho à portuguesa ainda se apresenta, em alguns casos, em condições de recuperação.

As paredes interiores são constituídas por tabiques de madeira, simples costaneiros que constituem a estrutura e a divisória travados com travessas à cola nas partes superiores e inferiores. As divisórias estão integradas nas estruturas, tanto do pavimento com da cobertura.

As paredes interiores são rebocadas, à semelhança das paredes exteriores.

As telhas, mourisca ou canudo, estão em más condições, assim como algumas peças da estrutura do telhado.

As caixilharias das portas exteriores estão em mau estado de conservação e as folhas são em madeira engradada com travessas à cola.

As janelas tinham folha de vidro, de abrir, e portadas interiores de madeira.

A pormenorização e a apresentação dos diversos materiais denotam a rusticidade da construção e ao mesmo tempo, a sua simplicidade, constituindo um exemplar a preservar.

A instalação sanitária era rudimentar, exterior à habitação, à maneira rural da época, por vezes uma simples casita móvel que se localizaria algures na horta, embora nas proximidades da casa, com simples bancada de madeira com abertura circular, coberta, com porta, sobrelevada em relação ao solo, cuja compostagem era obtida à custa de terra lançada pelo tardo através de uma portinhola que servia também para a sua limpeza e evacuação.

Água canalizada não havia, assim como rede elétrica.

Contudo é nossa proposta incluir estas infraestruturas sanitárias nesta recuperação, atualizando-a e preparando-a para o futuro.

3.3 Atualidade

A casa que nos serve de tema foi recentemente alvo de um incêndio já esta investigação ia adiantada, pelo que o estado de degradação aumentou, embora se consigam recuperar elementos importantes para a sua reabilitação e registo. Os elementos de madeira já bastante seca com o peso dos anos e constituindo uma grande carga térmica ardeu completamente no seu interior deixando apenas como testemunhos um ou outro elemento e as entregas nas paredes dos barrotes do pavimento e da cobertura.



Figura 13 - Alçado Este

As paredes exteriores mantiveram-se marcando o perímetro e parte da morfologia da construção. O interior será facilmente recuperado embora com uma morfologia atual dado que não seria viável fazer a recuperação do imóvel nas condições que apresentava. As fotos obtidas antes do incêndio ajudarão a orientar a recuperação.

Paredes exteriores: exteriormente as alvenarias de pedra à vista e argamassa de cal marcam a sua presença na íntegra, havendo algumas ligeiras fissurações que deverão ser colmatadas; no interior estas paredes estavam também com as alvenarias sem revestimento no piso térreo, havendo apenas um reboco de cal em todo o 1º andar que não estava em condições de qualquer aproveitamento.



Figura 14 - Interior

Pavimento do piso térreo: Terra batida e estabilizada, preparada para receber enrocamento e pavimento contínuo, quer de pedra em lajedo quer de massame de cimento ou outro.

Carpintarias em tosco: estas estruturas arderam e embora não se pudessem recuperar na íntegra aproveitar-se-iam na sua quase totalidade, embora com reforços pontuais principalmente nos locais onde fossem assentes as divisórias de Pladur.

Carpintarias em limpo: arderam também os soalhos que teriam de ser substituídos, pois além das deformações constituíam um pavimento de solho de junta.

As caixilharias apresentam envelhecimento, falta de tinta e vidros quebrados. Cantarias a definir os vãos são inexistentes.

Cobertura: completamente derrocada sendo a telha de canudo e estava em mau estado.

A madeira utilizada em todas as carpintarias era o pinho da terra.

Redes: Rede elétrica inexistente assim como as redes de águas e de esgotos.

Muros exteriores: de alvenaria de pedra com necessidade de reparação em alguns locais.

Capítulo 4 - Compatibilidade do antigo com o moderno

A construção objeto do nosso estudo apresenta diversas patologias que exigirão tratamento adequado dentro da sua autenticidade e da época em que vivemos. Certamente que teremos de utilizar materiais contemporâneos mas que não retirem a integridade da época à qual o edifício pertence e que, acima de tudo, sejam compatíveis com os atuais. Propomos manter as características regionais e locais com base nos materiais da região e que estão na base da arquitetura vernácula. As alvenarias de pedra serão mantidas e consolidadas com as argamassas com base na cal, vulgar e corrente nesta zona do país. O recurso à cal hidráulica será pois um dos objetivos de consolidação e de recuperação, tanto mais que o mercado nacional de adesivos para materiais de construção é um dos mais considerados na Europa.

Os artífices pedreiros da região ainda sabem trabalhar a pedra como se fazia há séculos atrás e a madeira de pinho ainda abunda e é fácil de trabalhar e corrente em qualquer tipo de construção.

Certamente que iremos aplicar o solho de pinho à portuguesa, sobre estrutura adequada utilizando a mesma madeira tanto em guarnecimentos como em guardas de varandas, como nas carpintarias de toscos e de limpos. Todas as madeiras a plicar em obra deverão ser tratadas com um preservador adequado que referimos dever ser o Xylofene SOR2 que tem garantido resultados muito bons, semelhantes ou superiores ao tratamento através da autoclave.

Quando havia a necessidade de mandar construir uma casa, pedia-se a colaboração de pedreiros da aldeia do Salgueiro, povoação localizada a cerca de 3,5Km do Carapinhal, sendo desta pequena zona, os artífices especializados na “arte” do aparelhamento da pedra, ofício que passava de pai para filho.

4.1 A Cal hidráulica

A utilização da cal hidráulica não tem segredos na região, tanto mais que sendo zona calcária, o seu emprego é corrente, embora o uso do cimento seja preferido, mas que não tem compatibilidade com as alvenarias antigas. Começando pelas fundações, a estabilização das alvenarias enterradas com a utilização da cal hidráulica Martingança/Secil HL5 melhora a sua resistência diminuindo o índice de capilaridade e ainda se obtém uma maior compactação, permitindo um aumento de resistência e de suporte. Poder-se-á prever a utilização de argamassas foto catalíticas que permitem a degradação dos poluentes, através da incidência da radiação solar, degradando-se os compostos orgânicos, constituindo um poderoso autolimpante e auto conservante, se se adicionar a percentagem correta de óxido de titânio,

material antifúngico e anti líquenes. Por outro lado, aplicando a argamassa integrada com cal específica, poder-se-ão evitar a eflorescências porque cristalizam no interior da molécula (macromolecular), utilizando-se para acabamentos de rebocos tinta com base em silicatos.

As argamassas modernas que se utilizam nas recuperações, de uma maneira geral estão ou são preparadas para serem aplicadas em alvenarias existentes de acordo com as informações em obra colhidas pelos fabricantes. Contudo, convém que os cadernos de encargos sejam preparados para garantirem a qualidade que se pretende e as duas sejam orientadas de acordo com esta aplicação.

Capítulo 5 - Casos de estudo

Neste capítulo, apresentamos alguns casos de estudo de recuperação de arquitetura que se considera de interesse relevante para o estudo do projeto.

5.1. Fábrica da Manteiga, Calheta, Madeira – 2010



Figura 15 – Fachada Principal

Na Calheta, Madeira, uma antiga fábrica de manteiga e uma velha padaria foram intervencionadas, assumindo, hoje, novas valências. Da autoria do MSB Arquitetura e Planeamento, o projeto respeita o existente construído e natural.

Localizada numa Zona Residencial de moradias unifamiliares, a antiga fábrica possui uma imagem característica das restantes casas que a circundam, definida por uma arquitetura típica, com elementos construtivos simples. O edifício existente encontrava-se num avançado estado de ruína. No entanto, tendo em consideração o interesse arquitetónico do volume da antiga fábrica, o objetivo foi o de recuperar aquilo que existia.

Desta forma reabilitou-se o edifício nas suas patologias, reforçaram-se as estruturas das suas paredes, reparou-se a cobertura e asseguraram-se os respetivos acabamentos. O interior da antiga fábrica foi integralmente refeito, mantendo os dois pisos à mesma cota. O piso inferior encontra-se dividido em cozinha, arrumos e uma grande sala de estar; o piso superior alberga três quartos em *suíte*.

Não foi premissa do coletivo de arquitetos recriar o ambiente interior que já existiu, até porque o novo uso difere completamente do anterior. Pelo contrário, pretendeu-se

destrinçar com facilidade estes dois momentos, criando uma separação entre as construções, quase como se elas não se tocassem. Desta forma, os quartos no piso superior desanexam-se das paredes exteriores, que se encontram afastadas. A luz escorre por estas paredes divididas, enfatizando esta divisão e revelando a nova construção que parece suspensa, apenas estruturada em vigas metálicas horizontais. O aspeto exterior da fábrica de manteiga será preservado como o original.

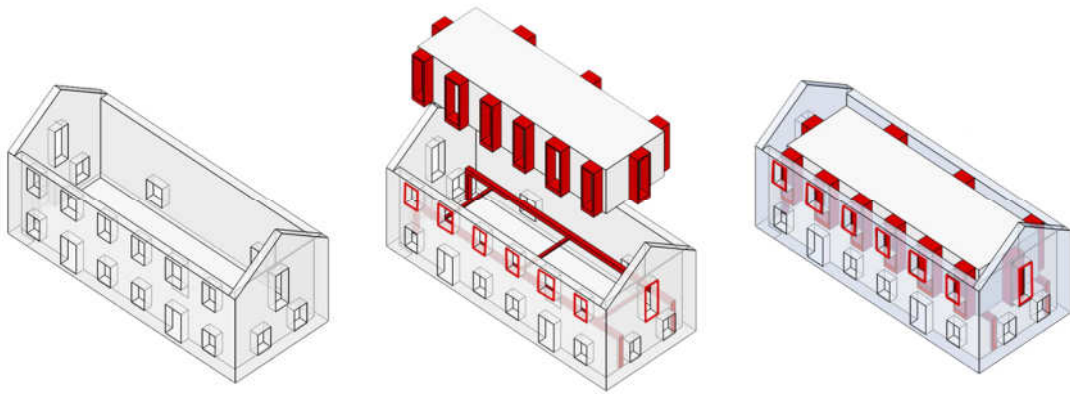


Figura 16 - Intervenção

O volume que se constitui como a antiga padaria de apoio encontrava-se num estado que não permitia qualquer espécie de reabilitação. A intenção foi preservar a sua implantação, volumetria e características formais. No interior, o programa de uma pequena casa divide-se por dois pisos: o inferior tem uma pequena sala e cozinha e o superior, dois quartos de dormir e uma casa de banho. Esta casa assume-se como uma intervenção nova. Apesar da manutenção da sua implantação, da volumetria e da cobertura em duas águas, as fachadas encontram uma nova dinâmica com vãos maiores. Todo o edifício está revestido a chapa de madeira, o que torna evidente a nova construção e a distingue da antiga, assumindo o tempo em que foi construída e o respeito pela antiga fábrica. Os volumes encontram uma ligação formal muito estreita, inseridos nesta paisagem de grande tranquilidade, que se pretendeu manter inalterada nas suas características intrínsecas.

Este caso de estudo poderia ter tido outra solução onde deixa-se o espaço interior da Fábrica fosse mais bem aproveitado sem que se tivesse criado um segundo objeto dentro do original desfasando a sua leitura original.

5.2. Casa JÁ

Projeto dos Arquitetos Filipe Pina + Maria Inês Costa de 2014, localizado na Guarda, com uma área de 260 m².

Localizada num bairro periférico da cidade da Guarda, a casa pretendeu responder à vivência entre o rural e o urbano. O lote apresenta uma envolvente com vários tipos de construção, consequência dos assentamentos informais e característica de grande parte das periferias das cidades Portuguesas.



Figura 17 - Fachada Principal

As ruínas existentes, vestígios de uma casa tradicional, e a configuração do lote, foram os princípios para o projeto. As exigências do programa - uma casa unifamiliar, levaram à ocupação quase total do terreno.

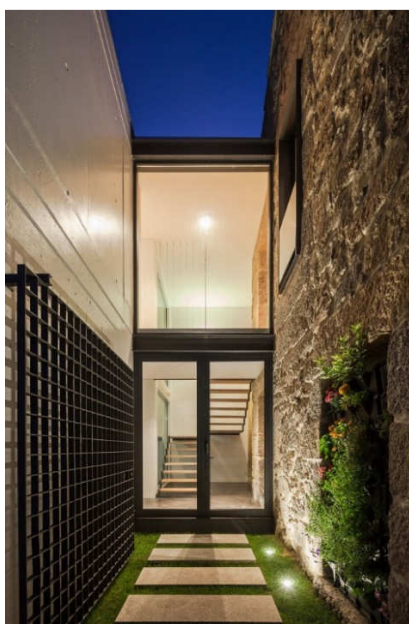


Figura 18 - Entrada Principal

Num primeiro gesto, separou-se o novo do antigo, ainda que ligados pelo interior. Um volume de pedra existente, um volume de betão novo. De seguida, a luz no centro da casa. Criaram-se, assim, os dois vazios que definem a massa: a entrada e o coração da casa – o pátio.

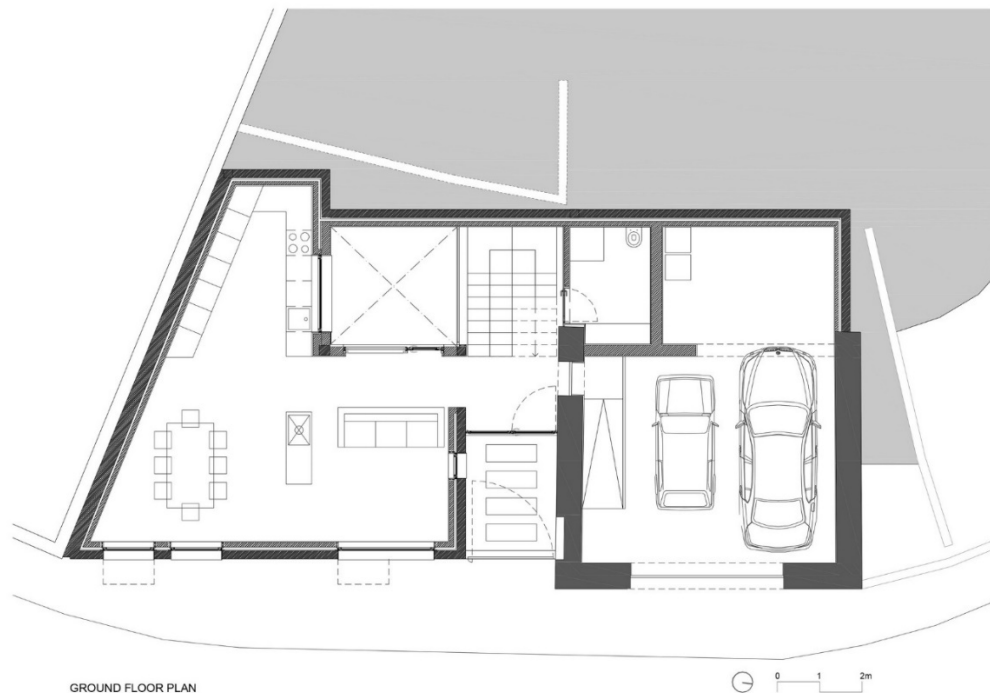


Figura 19 - Piso Térreo

O pátio e as escadas são o centro da casa e da vida. Dois elementos essenciais para as relações espaciais que se pretendiam entre as diferentes partes da casa, entre o interior e o exterior.

O programa foi dividido em dois pisos: sala, cozinha e garagem no rés-do-chão; quartos e biblioteca no piso 1. O quarto principal foi localizado num lugar privilegiado – na memória da casa antiga.

A escala da intervenção e a identidade do sítio estiveram sempre presentes no sistema construtivo e na escolha dos materiais: pedra, betão, aço e madeira de carvalho. No interior, branco e o conforto da madeira. No exterior, pedra e betão são esculpidos da mesma forma.

Neste caso de estudo tem-se uma leitura nítida do objeto existente e do objeto criado e forma a responder às necessidades de uma habitação dos nossos dias.

5.3. Cabrela House / Orgânica Arquitetura

Projeto do Gabinete de Arquitetos: Orgânica Arquitetura, elaborado pelos Arquitetos Paulo Serôdio Lopes, Teresa Serôdio Lopes, Marta Belém, localizado em Sintra, com uma área de 142.0 m².



Figura 20 - Vista Principal

No local encontrava-se uma casa em ruínas à espera de ser recuperada. O projeto preservou as paredes do limite e foi previsto um espaço exterior, permitindo que a casa nova emergisse da velha.

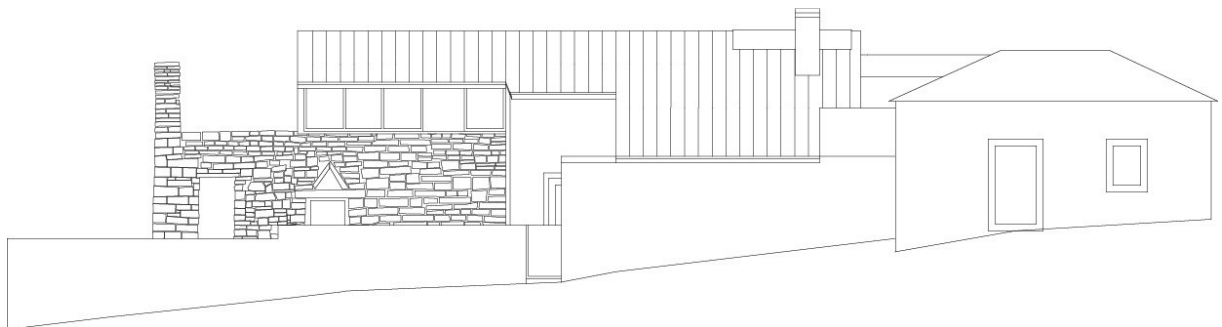


Figura 21 - Alçado Sul

Ao mesmo tempo harmonizaram os pequenos volumes existentes que seguem a casa ao lado. O piso principal abriga a cozinha, a sala de estar e um pequeno estúdio, enquanto o primeiro andar é uma área mais privada com dois quartos.



Figura 22 - Entrada Principal

Caso de estudo muito semelhante ao objeto de estudo acabando por ser uma boa sugestão de resposta ao mesmo.

5.4. Casa do Vigário / AND-RÉ



Figura 23 – Vista para a Sala de Jantar

Projeto do gabinete de Arquitetos AND-RÉ elaborado pela equipa: Bruno André, Francisco Salgado Ré + Alice Babini, Catarina Fernandes, Rui Israel, localização: 4580 Paredes, com área de 450.0 m2.

A Casa do Vigário é um projeto específico e sensível, que remonta a 2008 e concluído no início de 2015.

Na Casa do Vigário a arquitetura é tanto narrativa, como é cenário. O conceito e o gesto são o resultado inevitável do contexto privilegiado em que a nova arquitetura se insere. As ruínas pré-existentes foram a origem fundadora do conceito, estabelecendo as condições para o desenrolar da nova narrativa arquitetónica.

O novo organismo adapta-se às antigas paredes de pedra, preenchendo os espaços intersticiais existentes, unificando a massa e proporcionando um cenário de contraste contra as superfícies ásperas da pedra - a principal personagem da narrativa - num diálogo estreito entre o velho e o novo.



Figura 24 - Jardim Interior

As ruínas de pedra são assim o principal elemento na trama, sendo o novo corpo arquitetônico, por sua vez, um aliado silencioso que procura neutralidade e unificação. Além disso, o novo corpo traduz um gesto que respeita a nostalgia e história do passado, evitando assim a sua perda e sua queda no esquecimento. Ao mesmo tempo, a nova intervenção usa o passado para seu próprio benefício, aproveitando-se da geometria, texturas e propriedades pré-existentes.

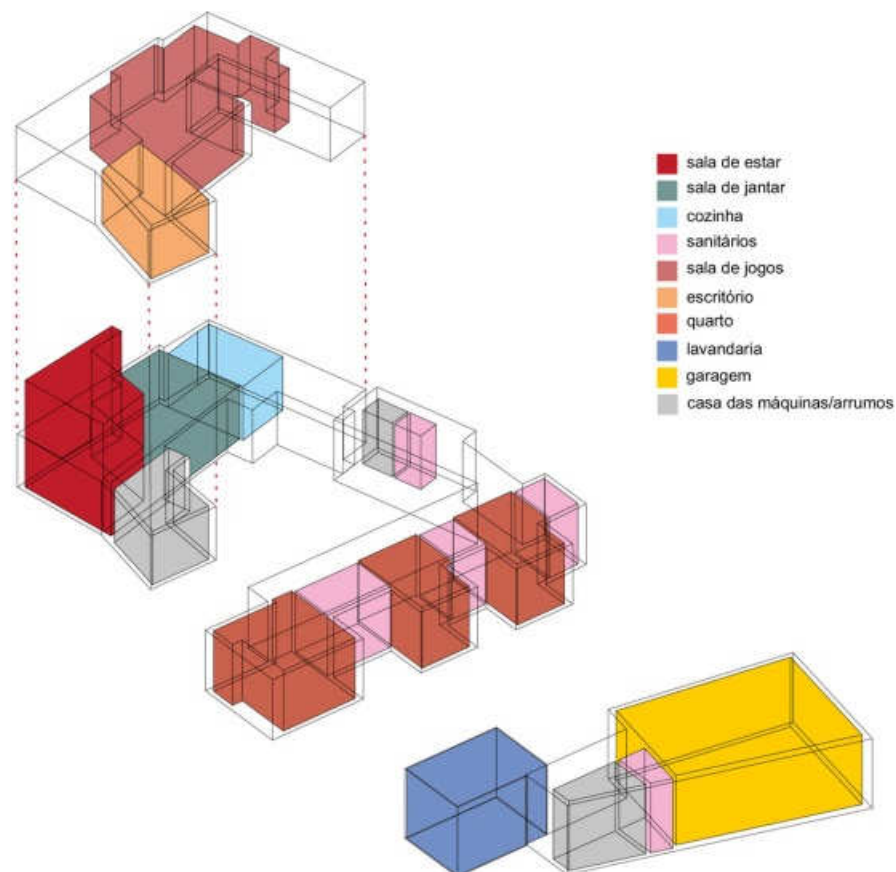


Figura 25 - Intervenção

O trabalho de consolidação da ruína foi feito com métodos construtivos tradicionais de aparelhamento de pedra, quase perdidos nos dias de hoje, respeitando assim a traça da construção original.

Este caso de estudo mais uma vez é um projeto que responde a muitas das necessidades, adaptável ao local e objeto de estudo deste trabalho.

Capítulo 6 – Conclusão

Perante as várias condicionantes e todos os fatores que se foram desenvolvendo ao longo do tempo do trabalho, optou-se por fazer uma análise de quais seriam as melhores soluções de forma a preservar o objeto arquitetónico vernacular.

A construção encontra-se em estado de grande debilitação, não só pelo incêndio ocorrido no ano 2017 como pelas intempéries contínuas próprias de cada época do ano. A pedra encontra-se vulnerável à queda pela ausência de argamassas que ajudasse a fixar as paredes de maneira que se pudesse dar uma nova utilidade.

No interior encontram-se destroços do que seria o soalho e o telhado, existem ainda vestígios queimados de barrotes principais que sustentam o soalho.

Ao longo de várias pesquisas não só nos arredores como nos casos de estudo abordados no trabalho concluímos que qualquer ruína ou mesmo construção pode ser recuperado de forma a poder responder às necessidades de qualquer pessoa. Não só a Cabrela House como a Casa do Vigário são bons exemplos de ruínas reutilizadas e transformadas em habitações completas e funcionais para qualquer pessoa ou família.

Perto da região, existe a Aldeia de São Simão, onde grande parte das habitações semelhantes ao caso de estudo, se encontravam bastante degradadas causado pelo abandono e pelo desprezo dos proprietários onde ao longo do tempo foram intervencionadas e recuperadas de forma original, dando uma nova vida uma nova utilidade. Atualmente a Aldeia de São Simão é um espaço que faz parte do roteiro das Aldeias de Xisto, trabalho esse feito por particulares que quiseram dar uma nova oportunidade aquele aglomerado rural de poder subsistir por si.

Para grande indignação, muitas vezes a indiferença dos Municípios leva a perdas de nossa história arquitetónica relevantes que nunca voltaram a ser criadas por ninguém. A falta de sensibilização para procurar respostas para este tipo de problemas leva muitos de nós a cometer o erro de construir novas construções à procura do conforto e da beleza descontextualizada em lugares em que nada faz sentido ter uma habitação dentro de um aglomerado rural onde poucas as pessoas que lá vivem ainda são capazes de ir sair de casa de enxada a caminho da sua pequena horta.

Capítulo 7 – Apresentação para defesa

A aldeia do Carapinhal, situada a 3 Km da vila de Figueiró-dos-Vinhos pertencente ao concelho de Leiria, encontra-se a meia encosta virada a sudoeste, chamada também de Sintra do Norte devido ao seu clima.

Concelho com 173,4 Km², terras ricas em sobreiros, acácias, medronheiros, zambujeiro, eucalipto, pinheiro bravos, castanheiros, azinheiras, carvalhos, choupos, salgueiros, figueiras e videiras.

Verifica-se uma densa rede hidrográfica dada a dimensão do rio Zêzere, a ribeira de Alge e a ribeira de Ana de Avis. Território em que outrora foi um espaço de atividades agrícolas e florestais, não havendo quem não tivesse o seu azeite, milho, batata e outros produtos hortícolas.

A arquitetura típica nesta região é feita em pedra calcária, chamada de pedra milheira pela sua coloração que vai desde o amarelo ao castanho. São habitações modestas com poucas comodidades e pouco adaptadas aos nossos dias. Grande maioria das habitações são de 2 pisos. O r/chão servia para guardar os animais, guardar ferramentas da lavoura, sementes e armazenamento de alimentos. O 1º andar teria a cozinha, os quartos e a sala. As paredes exteriores com largura entre os 70-50cm feitas de pedra, barro e cal, tendo mais tarde surgido a cal hidráulica que dá mais resistência e durabilidade a estas construções. As paredes interiores eram feitas em tabique, os tetos forrados com tábuas de 12mm normalmente pintada em tons de ocre.

As estruturas do pavimento do 1º andar como da cobertura são feitas de barrotes de pinho de secção generosa sendo o piso feito de solho de pinho á portuguesa.

Cláudia Susana Nunes Mendes

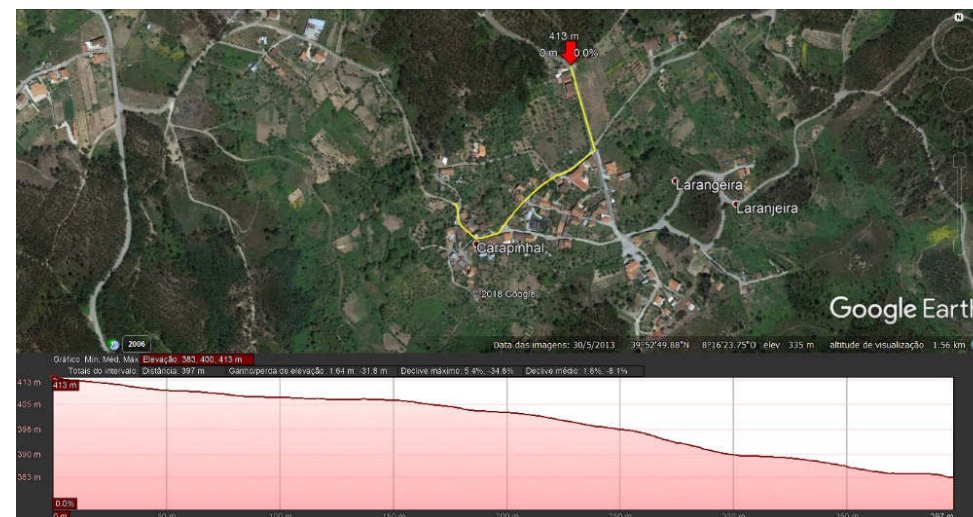
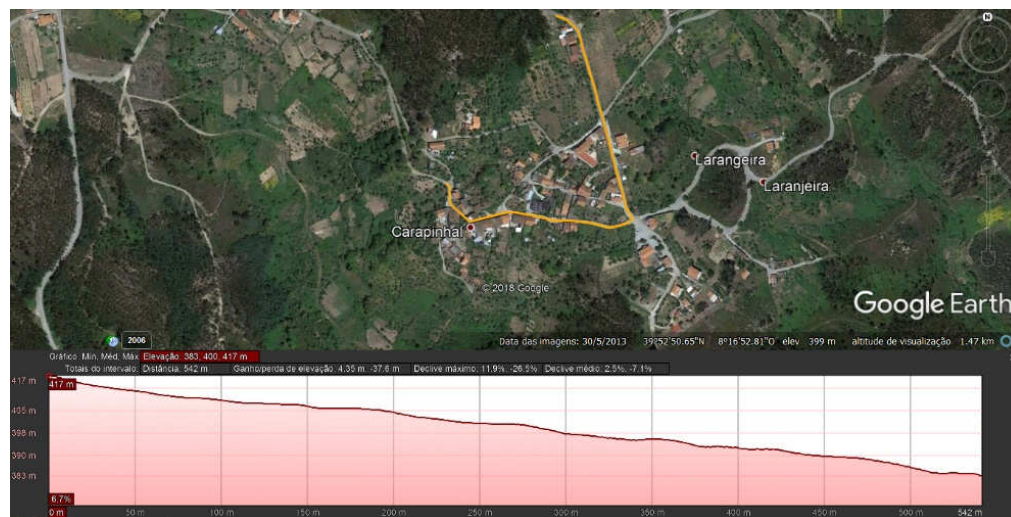
Orientador: Professor Doutor Arquiteto Alberto Flávio Monteiro Lopes

A construção vernacular em alvenaria de Pedra no Carapinhal – Figueiró dos Vinhos

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

2017

As aldeias construídas a meia encosta são frequentes nesta região.



Localização



Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos



Caso de estudo

Caso de estudo - Aldeia do Carapinhal



Vista a Nordeste\Noroeste



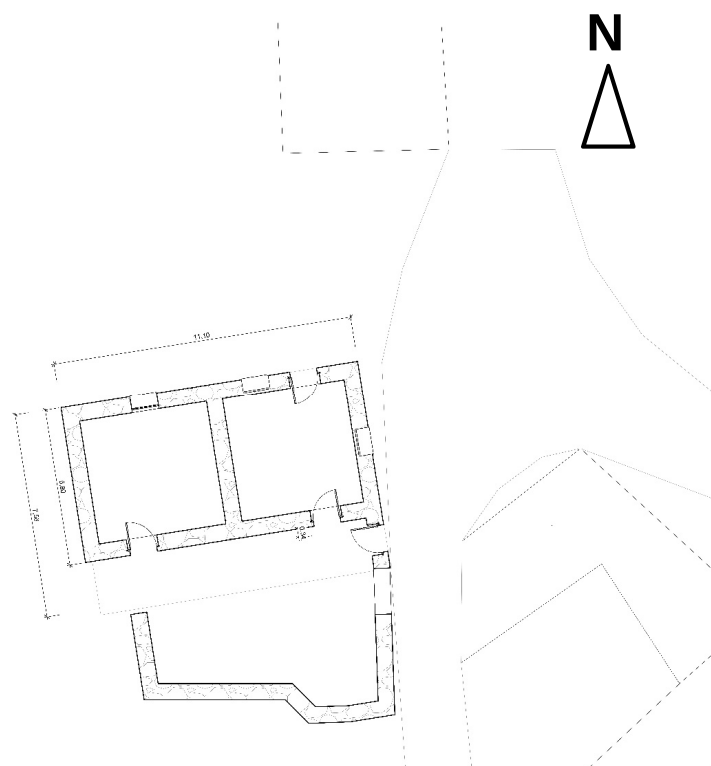
Vista a Noroeste\Sudoeste



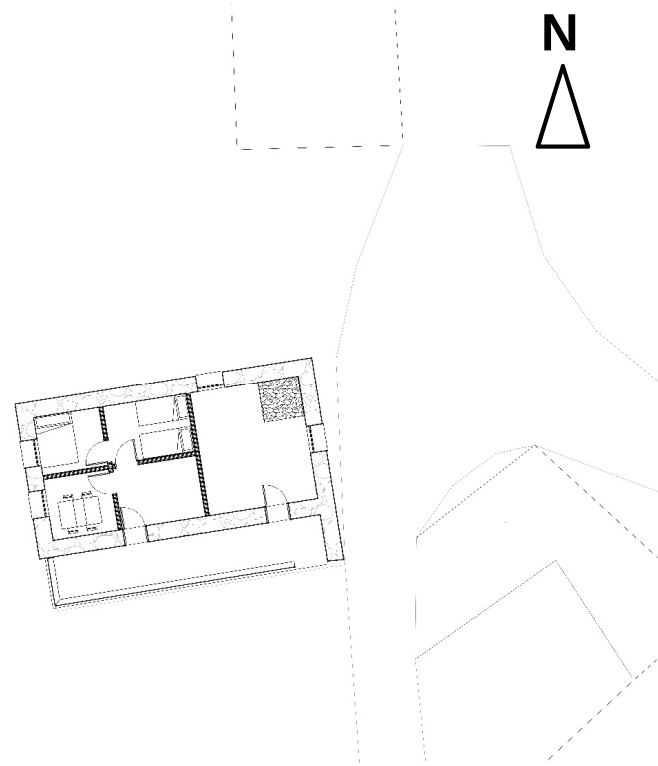
Vista a Sudeste



Suporte da Lareira



Piso 0



Piso 1

Caso de estudo - Aldeia do Carapinhal - Atualidade



Vista a Nordeste



Vista do interior após o incêndio de 2017



Vista a Sudeste

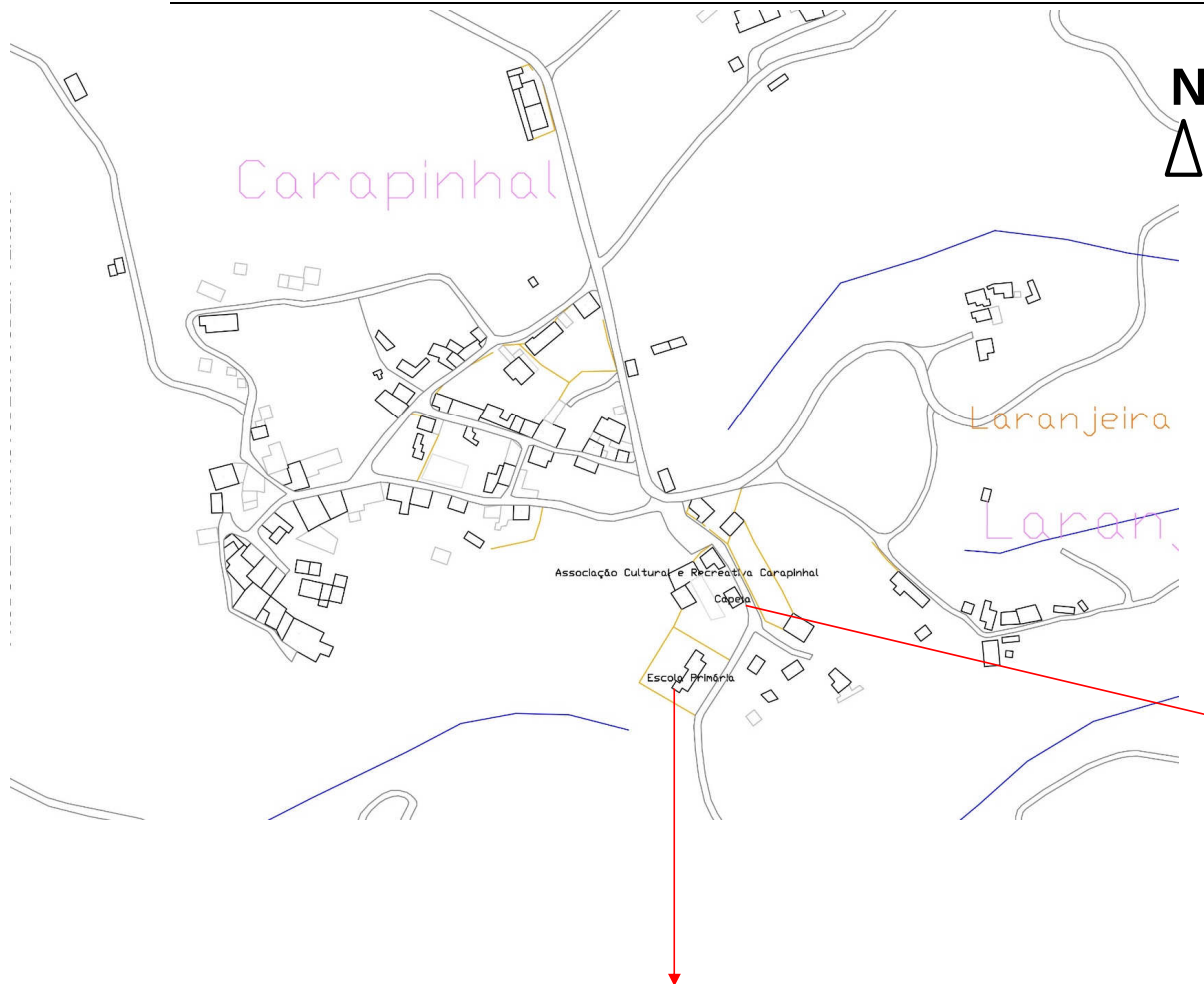


Vista a Noroeste

Caso de estudo - Aldeia do Carapinhal - Atualidade



Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos - Património

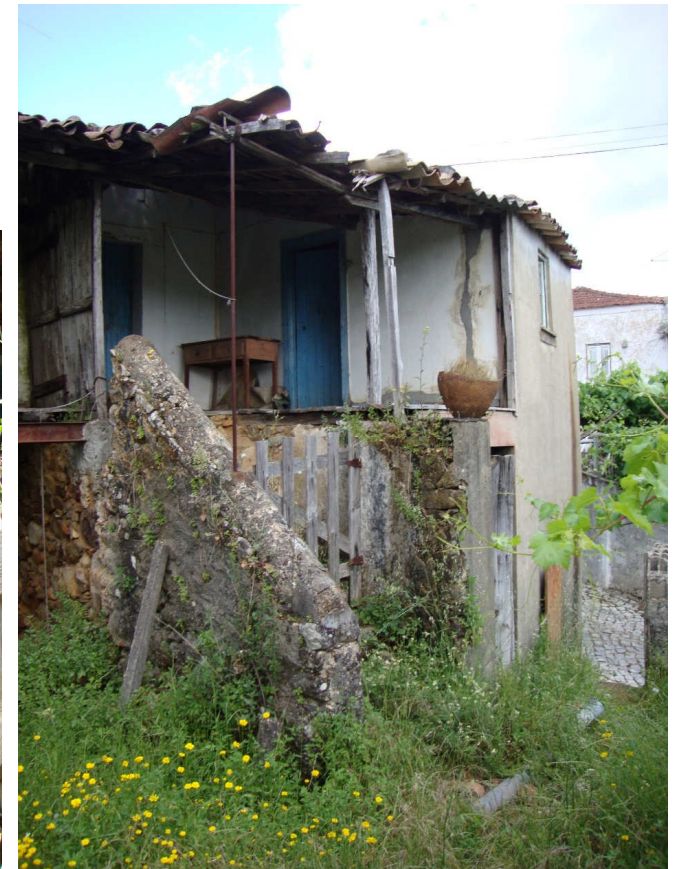
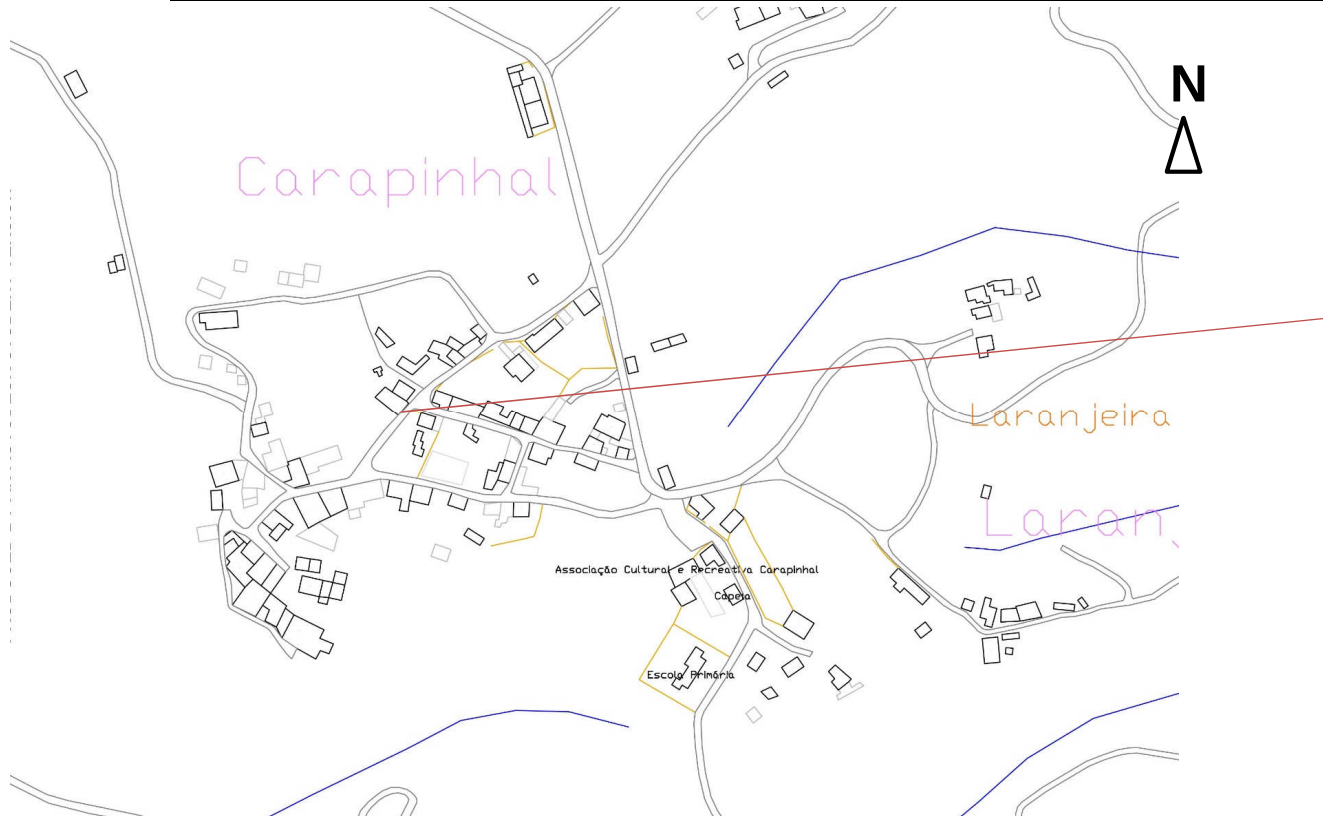


Escola Primária do Carapinhal



Capela de Santa Quitéria do Carapinhal

Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Casa Típica



Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Casa Típica



Forno da cozinha



Cozinha



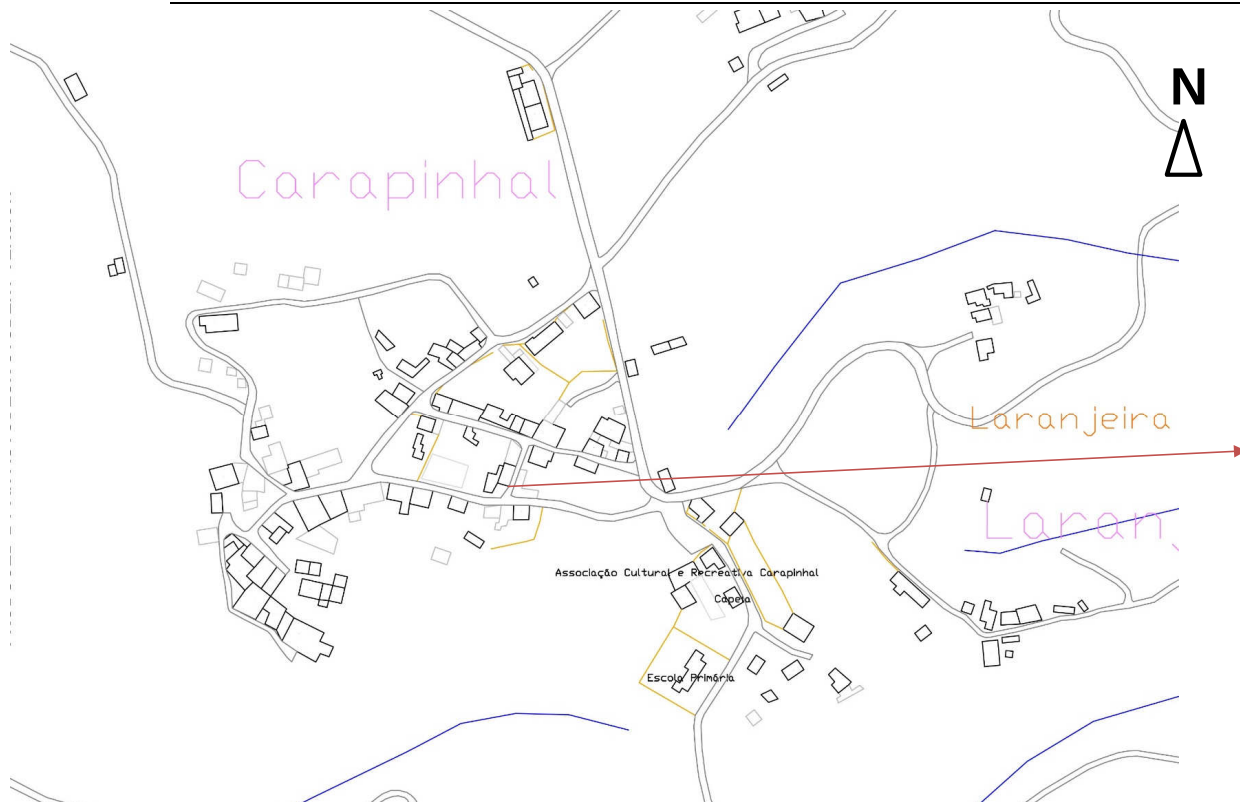
Entrada



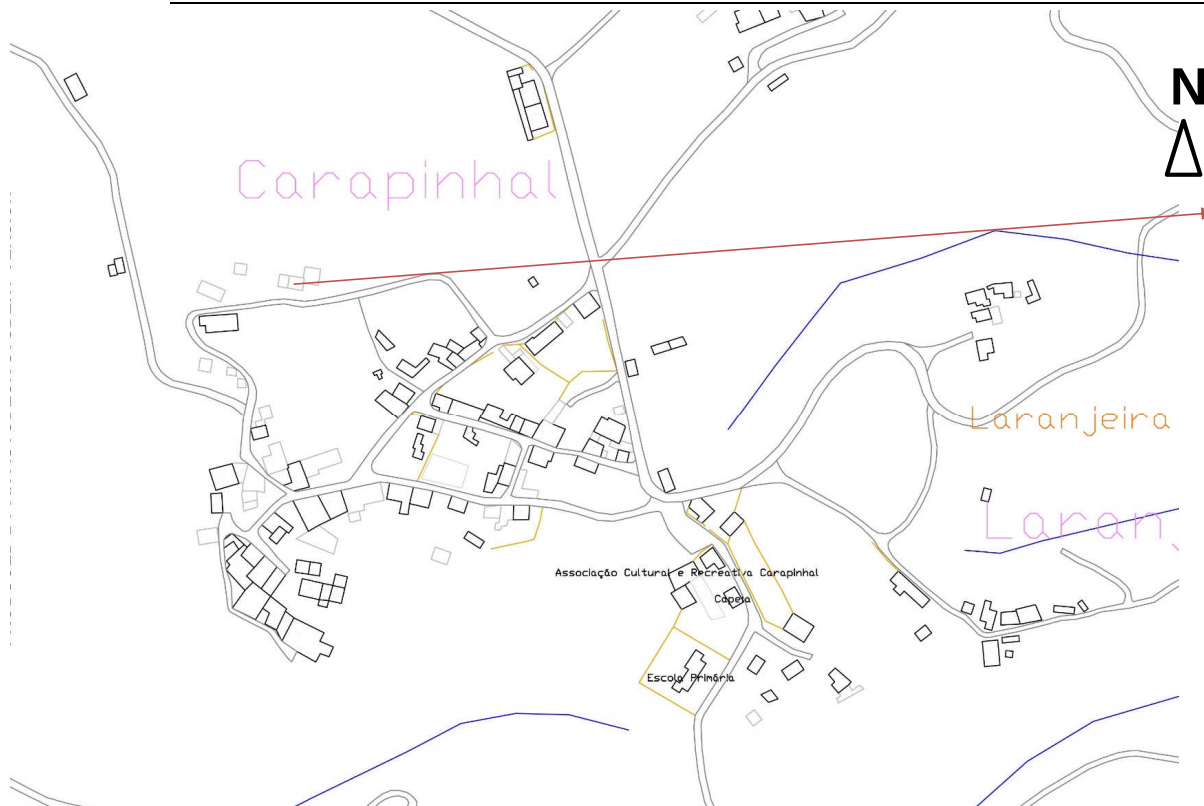
Sala e quartos



Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Casa típica



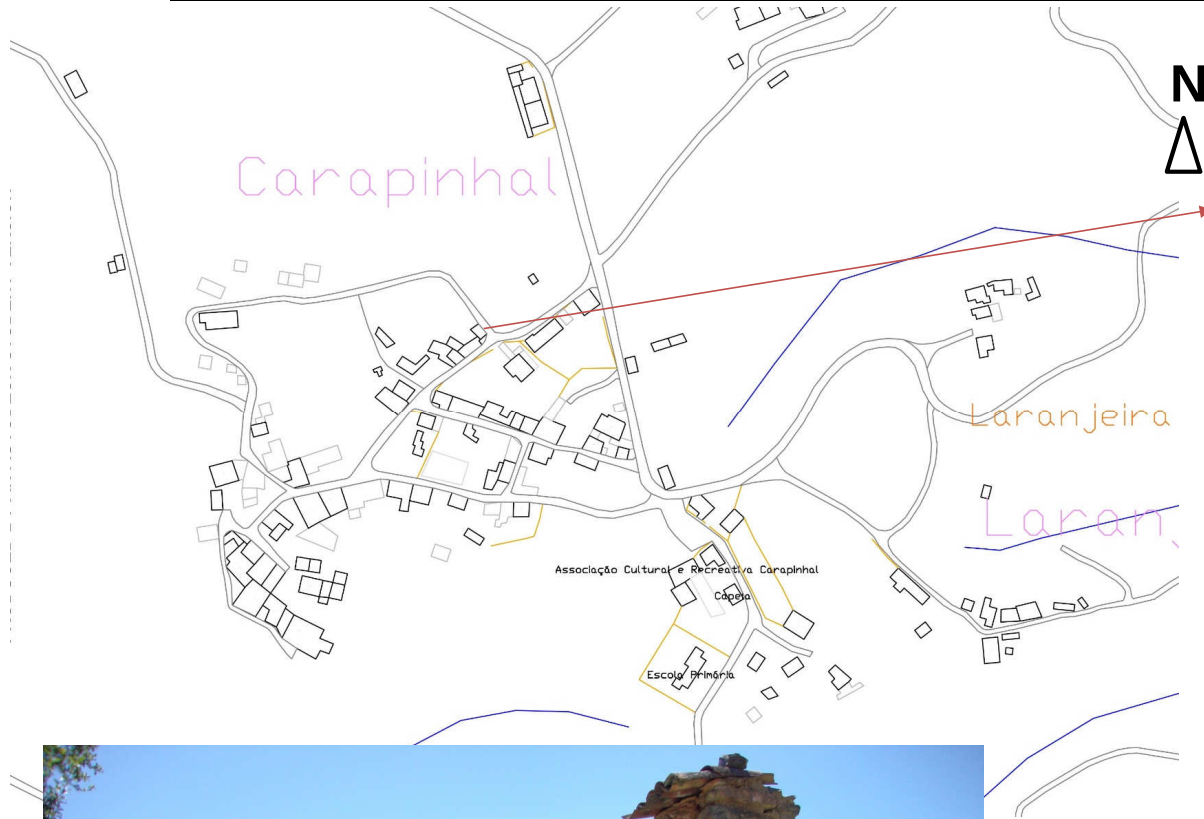
Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Casa típica



Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Recuperação



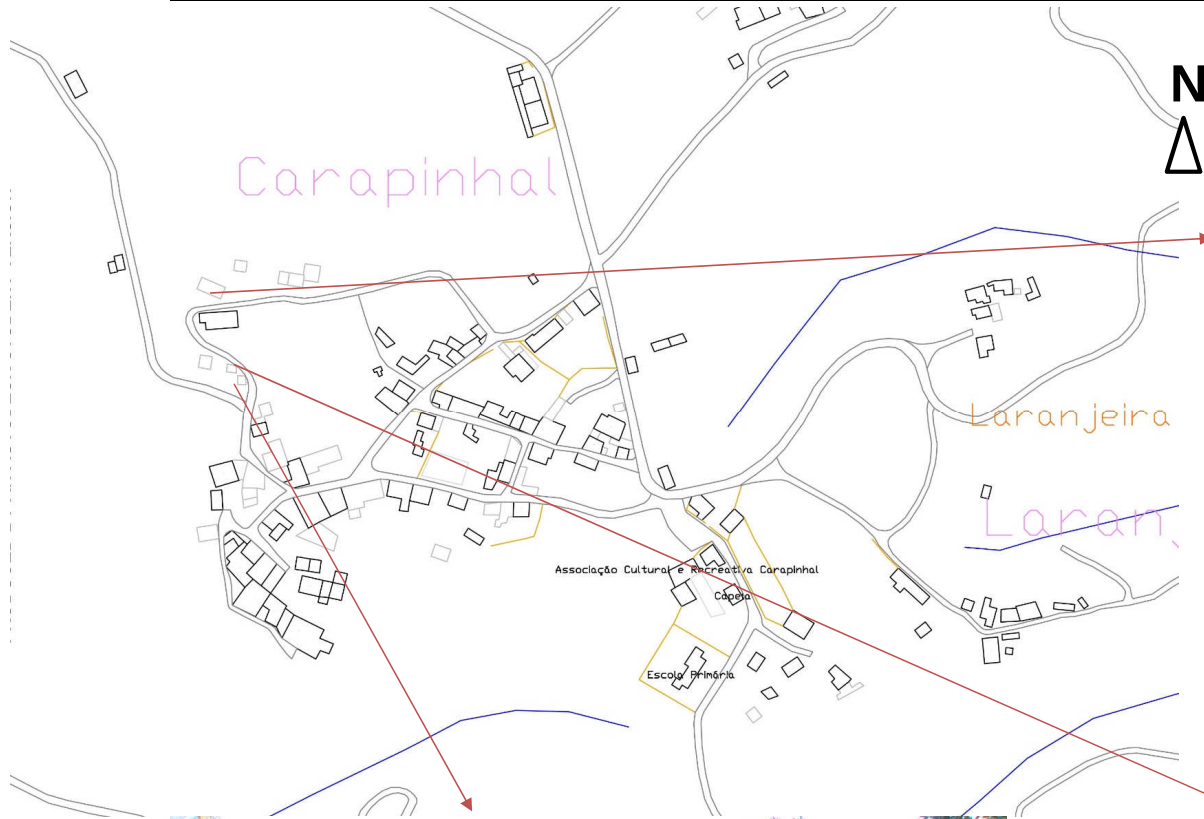
Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Ruínas



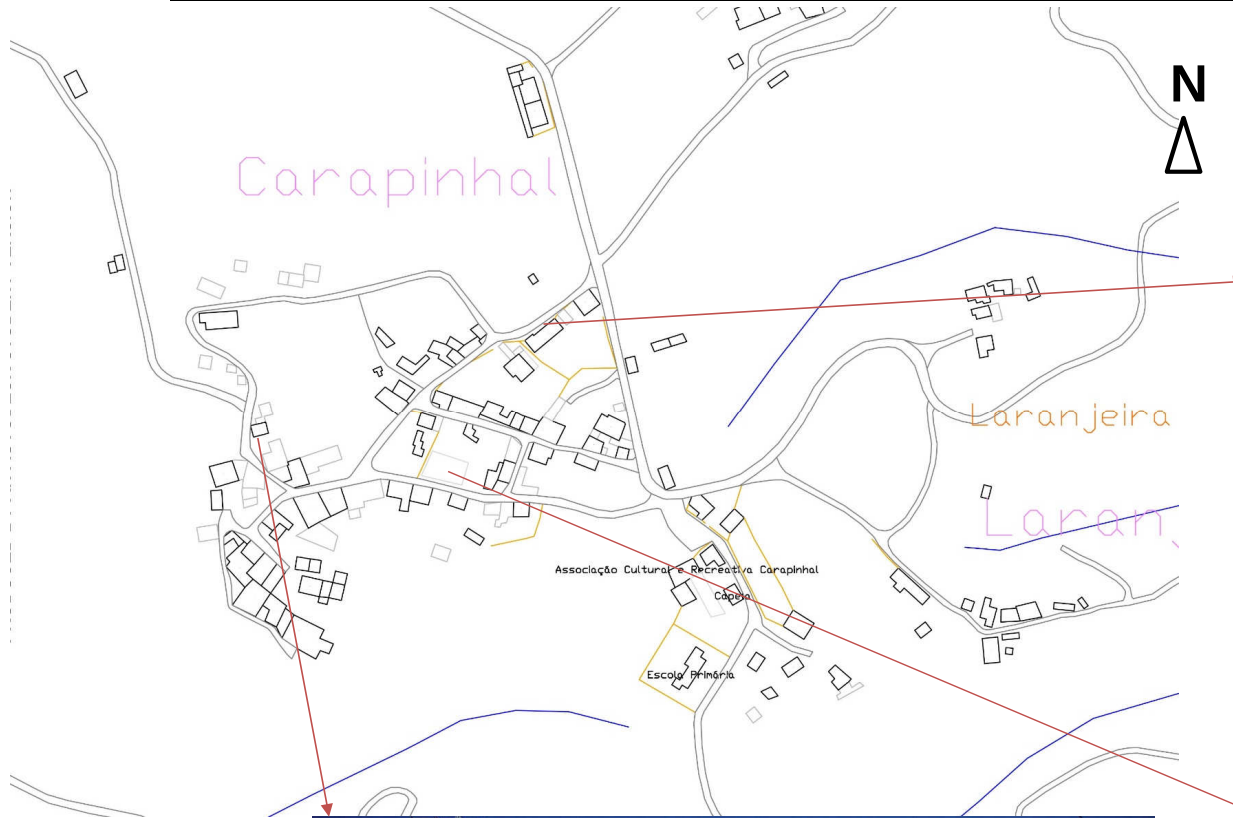
The map shows the area around Carapinhal and Laranjeira. A north arrow is located in the top right corner. The Associação Cultural e Recreativa Carapinhal is marked with a yellow dot in the center of the map. The Escola Primária is marked with a yellow dot in the bottom center. The map also shows several roads and buildings. The name 'Carapinhal' is written in purple at the top left, and 'Laranjeira' is written in orange at the top right. The name 'Laranjeira' is also written in purple at the bottom right.



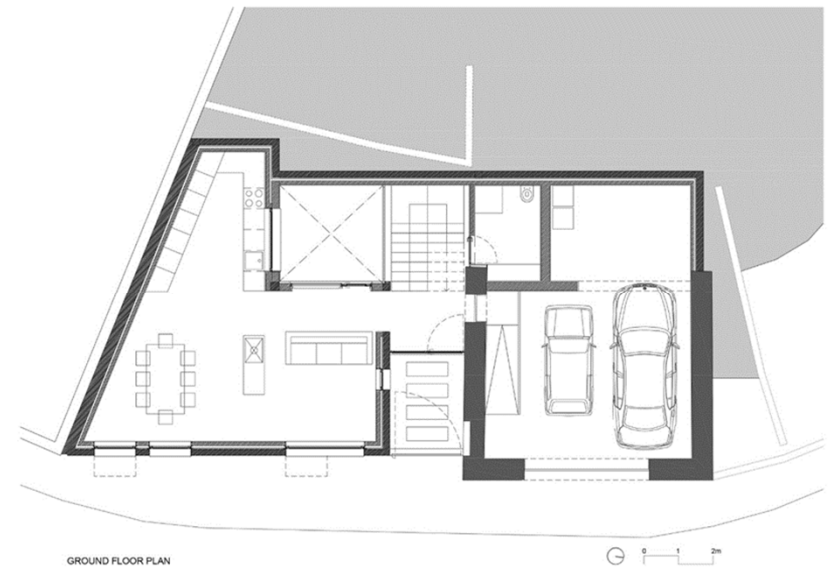
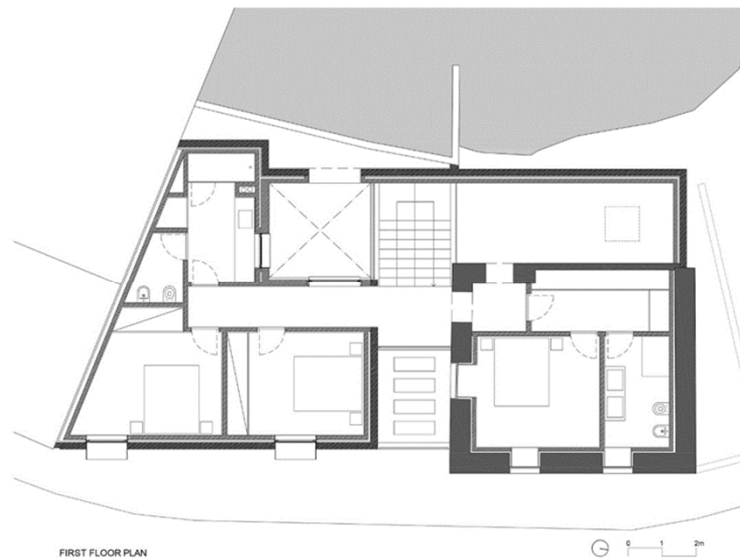
Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – Anexos



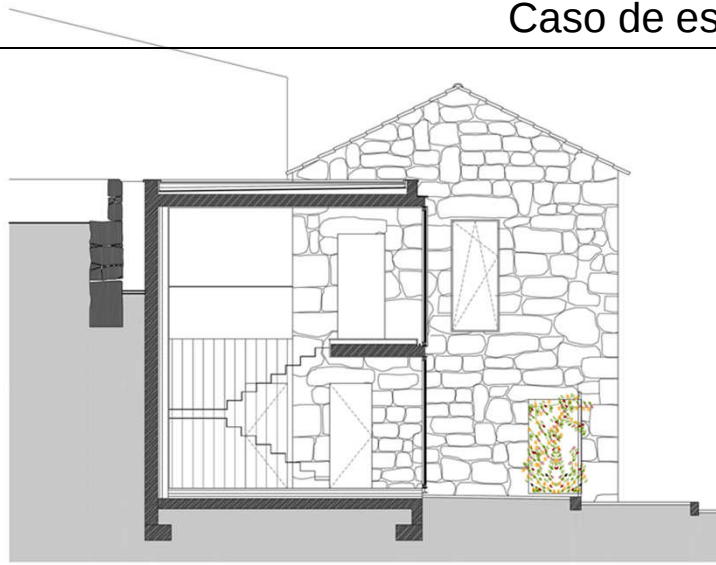
Aldeia do Carapinhal – Figueiró-dos-Vinhos – outras habitações



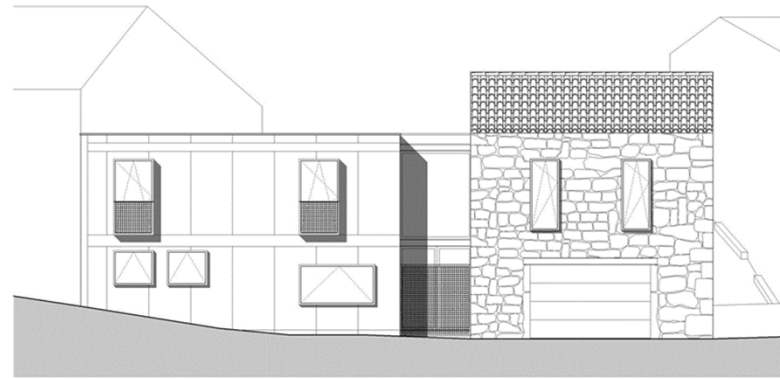
Caso de estudo – Casa JÁ



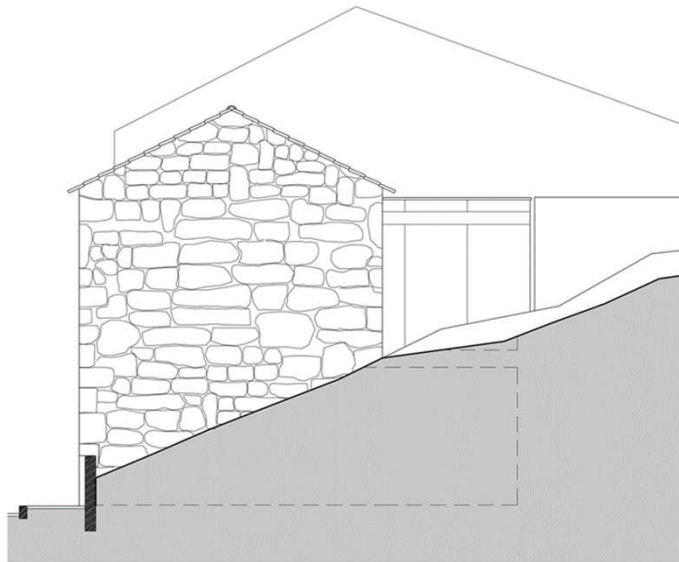
Caso de estudio – Casa JÁ



CROSS SECTION



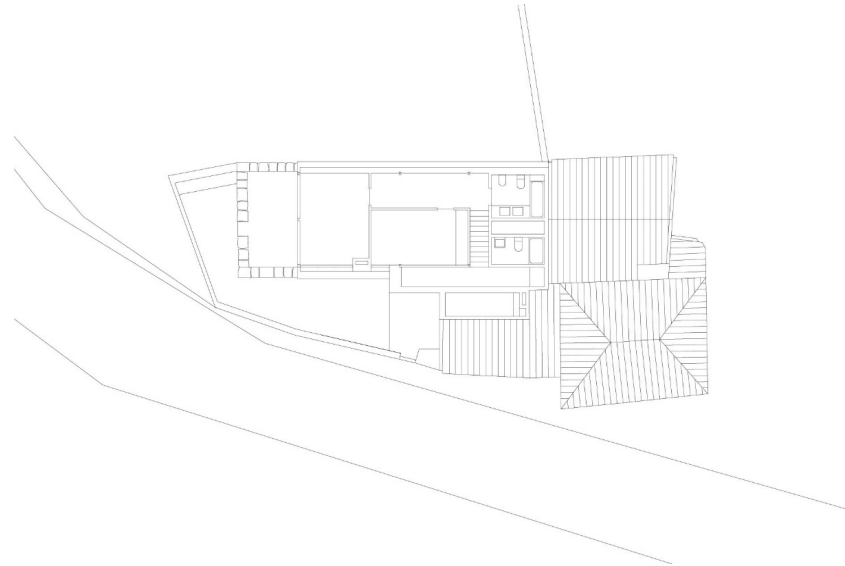
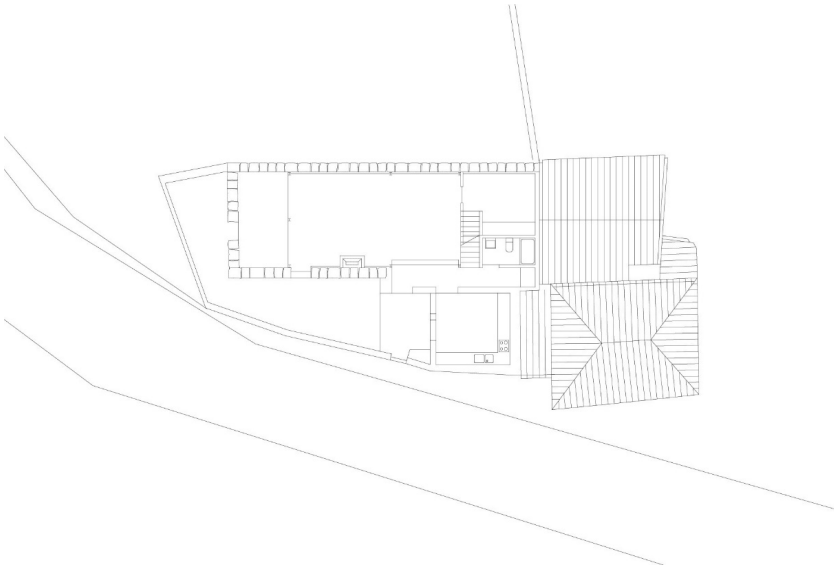
EAST ELEVATION



NORTH ELEVATION



Caso de estudo – Cabrela House



Caso de estudo – Casa perto da aldeia do Salgueiro, Figueiró-dos-Vinhos



OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO.

ESPECIAL AGRADECIMENTO AO
PROFESSOR DOUTOR ALBERTO FLÁVIO MONTEIRO LOPES

O JÚRI

PRESIDENTE: PROF. DOUTORA MARIA RITA PAIS RAMOS DE ABREU DE ALMEIDA
ARGUENTE: PROF. DOUTOR VASCO MARIA TAVELA DE SOUSA SANTOS PINHEIRO
ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ALBERTO FLÁVIO MONTEIRO LOPES

Bibliografia

- Arquitetura Portuguesa. (25 de Junho de 2012). Obtido de <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/urbanismo-em-portugal/>.
- Baptista, J. M. (1876). *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*. Obtido de Library University of Toronto: <http://scans.library.utoronto.ca/pdf/5/14/chorographiamode04baptuoft/chorographiamode04baptuoft.pdf>
- Branco, J. (1993). *Infraestruturas, Estruturas, Alvenarias e Cantarias em Edifícios*. Queluz: edições EPGE.
- Branco, J. d. (1993). *Revestimentos e Protecções Horizontais e Verticais em edifícios*. Queluz: COOPTÉCNICA/EPGE.
- CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO. (1975). *CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO*, (p. 4). Amsterdão.
- Cultural, D.-G. d. (Janeiro de 2016). *Patrimonio Cultural*. Obtido de www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74922/.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora.
- GASPAR, J. (1993). *As regiões portuguesas*.
- Gaspar, J. d. (2005). *MONOGRAFIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS*. Figueiró dos Vinhos.
- Leal, J. (Abril de 2011). entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em portugal. *JOELHO #02*.
- Lucas, M. H. (2014). *Ao gosto do império - Apontamentos para o estudo da arquitectura civil quinhentista no Norte do Distrito de Leiria*.
- Oliveira, E. V. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*.
- Portela, M. (2013). INDÍCIOS DE CISTER EM TERRAS DE MONSALUDE (FIGUEIRÓ DOS VINHOS) – SÉCULOS XII-XIII. *Mosteiros Cistercienses História, Arte, Espiritualidade e Património* (p. 18). Alcobaça: SEPARATA.
- Silva, T. (2015). *Crónicas dum Tempo*. Figueiró dos Vinhos: Editorial Jardim.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos. (1961). *Arquitetura Popular Portuguesa*.
- Vinhos, B. M. (s.d.). <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>. Obtido de <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>: <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>

Obras Citadas

- Arquitetura Portuguesa*. (25 de Junho de 2012). Obtido de <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/urbanismo-em-portugal/>.
- Baptista, J. M. (1876). *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*. Obtido de Library University of Toronto: <http://scans.library.utoronto.ca/pdf/5/14/chorographiamode04baptuoft/chorographiamode04baptuoft.pdf>
- Branco, J. (1993). *Infraestruturas, Estruturas, Alvenarias e Cantarias em Edifícios*. Queluz: edições EPGE.
- Branco, J. d. (1993). *Revestimentos e Protecções Horizontais e Verticais em edifícios*. Queluz: COOPTÉCNICA/EPGE.
- CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO. (1975). *CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO*, (p. 4). Amsterdão.
- Cultural, D.-G. d. (Janeiro de 2016). *Patrimonio Cultural*. Obtido de www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74922/.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora.
- GASPAR, J. (1993). *As regiões portuguesas*.
- Gaspar, J. d. (2005). *MONOGRAFIA DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS*. Figueiró dos Vinhos.
- Leal, J. (Abril de 2011). *entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em portugal*. *JOELHO #02*.
- Lucas, M. H. (2014). *Ao gosto do império - Apontamentos para o estudo da arquitectura civil quinhentista no Norte do Distrito de Leiria*.
- Oliveira, E. V. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*.
- Portela, M. (2013). INDÍCIOS DE CISTER EM TERRAS DE MONSALUDE (FIGUEIRÓ DOS VINHOS) – SÉCULOS XII-XIII. *Mosteiros Cistercienses História, Arte, Espiritualidade e Património* (p. 18). Alcobaça: SEPARATA.
- Silva, T. (2015). *Crónicas dum Tempo*. Figueiró dos Vinhos: Editorial Jardim.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos. (1961). *Arquitetura Popular Portuguesa*.
- Vinhos, B. M. (s.d.). <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>. Obtido de <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>: <https://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos/>
- OLIVEIRA, ERNESTO Veiga de, GALHANO, FERNANDO, Portugal de Perto, *Arquitetura Tradicional Portuguesa*
- TOSTÕES, ANA, *Os verdes anos, A arquitetura dos anos 50*

MACHADO, JOSÉ Luís, Habitação rural, Sugestões para a renovação ou construção, Métodos construtivos, Livraria Popular

OLIVEIRA, ERNESTO Veiga de Galhano Fernando, Arquitetura tradicional Portuguesa

MOUTINHO, MÁRIO, A arquitetura Portuguesa

FERNANDES, JOSÉ Manuel, Síntese da cultura Portuguesa, A arquitetura Conferência Arquiteto. Marques da Silva, 2008

B. BAGANHA, MARIA Ioannis, “As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional” *Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), 959-980

LUCAS, Margarida Herdade, Ao gosto do império – Apontamentos para o estudo da arquitetura civil quinhentista no Norte do Distrito de Leiria, 2014

LEAL, João, Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, 2011

DIAS, MANUEL GRAÇA, “Nada a perder”,
<http://www.jornalarquitectos.pt/pt/238/editorial/>

SERRANO, Rui, CABRITA, Ricardo, Arquitetura vernácula, A arquitetura feita por não arquitetos.